



SistemaOCB

CNCOOP - OCB - SESCOOP

ANO V • Nº 14 • MAI./JUN. 2014

SABER COOPERAR

A REVISTA DO COOPERATIVISMO

ESPAÇO CONQUISTADO

**SISTEMA OCB AMPLIA A ATUAÇÃO NO
CONGRESSO E GARANTE BENEFÍCIOS PARA
COOPERATIVAS DE DIFERENTES RAMOS**



CONFIANÇA

LANÇAMENTO DO IC AGRO REGISTRA
EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO
SETOR AGROPECUÁRIO

OLHAR MUNDIAL

BRASIL ATRAI ATENÇÃO DE VÁRIOS
PAÍSES DURANTE A EXPOCOOP,
ESTE ANO REALIZADA NO PARANÁ



9^o PRÊMIO
COOPERATIVA
do ano

REUNINDO
INICIATIVAS
VENCEDORAS

Mostre para o país o que a sua cooperativa está fazendo de inovador.

Participe do Prêmio Cooperativa do Ano, um reconhecimento público a iniciativas que fazem a diferença na vida dos cooperados e na comunidade.

Inscrições gratuitas entre os dias 14 de julho e 16 de setembro pelo site:

www.cooperativadoano.coop.br

Realização



SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP



Engrenagem reforçada

Cooperar é agir em busca de qualidade de vida. Para tanto, buscar alianças estratégicas é preciso, a todo momento, já que o bem comum está no alvo das ações cooperativistas. Representantes de todos os setores que compõem a engrenagem de uma nação, as cooperativas têm de estar permanentemente ligadas aos rumos que toma um país.

É o que você vai ver, nesta edição, na matéria que aborda a atuação do Sistema OCB junto ao Executivo e ao Legislativo. Mais do que nunca, toma corpo a força do cooperativismo como instrumento de construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa. No dia a dia, o trabalho da OCB se revela um importante parceiro da administração brasileira.

Tal engajamento cooperativista influencia, para melhor, a vida de todos nós. Reportagem da editoria Cooperando mostra o caminho pelo qual as cooperativas do Ramo Consumo atuam de maneira a oferecer vantagens em nível global. É quando se pode constatar que o cooperativismo atua em frentes amplas.

No ano em que se celebrou a Copa do Mundo no Brasil, o espaço do cooperativismo também ganhou destaque,

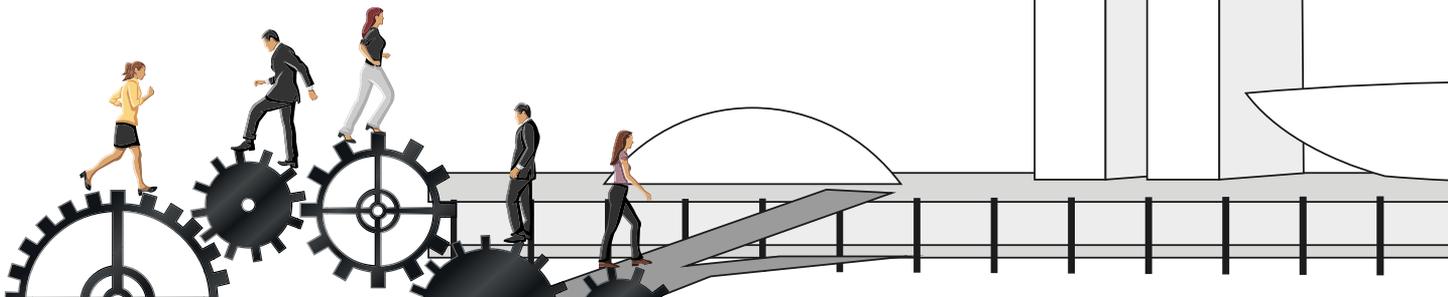
com projeção internacional. Bem sabe disso quem acompanhou a Expocoop, a maior feira mundial do setor. Curitiba, capital de um estado de forte tradição cooperativista, foi a sede do evento, no qual representantes de diversos locais marcaram presença.

Curiosidades também batem ponto nesta edição. Mário Lanznaster, presidente da Aurora Alimentos (Santa Catarina), desde cedo fundamenta vida e trabalho no espírito cooperativo e, do alto de sua bem-sucedida experiência, ensina: “O capitalismo gera, mas concentra. O socialismo gasta, mas não sabe produzir. O cooperativismo sabe produzir e não concentra: sabe distribuir, gastar”.

Convidado especial da edição, o agrônomo Marcos Fava Neves bate um papo com a *Saber Cooperar* e avalia as condições do cooperativismo no Brasil. Defende, com conhecimento de causa, que as cooperativas sejam maiores e tenham mais poder. Quem ganha somos todos nós.

Boa leitura.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS,
presidente do Sistema OCB





Sistema OCB

CNCOOP - OCB - SESCOOP

ANO V • Nº 14 • MAI/JUN. 2014
ISSN 2317-5109

CONSELHO NACIONAL

Márcio Lopes de Freitas – Presidente

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Erikson Camargo Chandoha – Titular

Vera Lúcia de Oliveira – Suplente

Ministério da Fazenda

Francisco Erisma Oliveira Albuquerque – Titular

Lucas Vieira Matias – Suplente

Ministério da Previdência Social

Dênio Aparecido Ramos – Titular

Alex Pereira Freitas – Suplente

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

João Batista Ferri de Oliveira – Titular

Ministério do Trabalho e Emprego

Fábio Battistello – Titular

REPRESENTANTES DA OCB

Região Centro-Oeste

Onofre Cezário de Souza Filho – Titular

Remy Gorga Neto – Suplente

Região Norte e Nordeste

Cergio Tecchio – Titular

Manoel Valdemiro F. da Rocha – Suplente

Região Sudeste

Ronaldo Ernesto Scucato – Titular

Marcos Diaz – Suplente

Região Sul

Marcos Antônio Zordan – Titular

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

Geci Pungan – Titular

Maria Silvana Ramos – Suplente

CONSELHO FISCAL

Representantes do Executivo

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Antonio Carrijo Primo – Titular

Helcio Campos Botelho – Suplente

Ministério da Fazenda

Márcio Nahas Ribeiro – Titular

Bruna Adair Miranda – Suplente

Ministério da Previdência Social

Fátima Aparecida Rampin – Titular

Maria de Fátima C. da Cruz – Suplente

Representantes da OCB

Marcos A. Braga da Rocha – Titular

Gilcimar Barros Pureza – Titular

José Aparecido dos Santos – Suplente

Norberto Tomasini – Suplente

Conselheiros Representantes dos Empregados em Cooperativas

Marcelino Henrique Queiroz Botelho – Titular

Robespierre Koury Ferreira – Suplente

Diretoria-Executiva

Márcio Lopes de Freitas – Presidente

Renato Nobile – Superintendente

Gerência Geral OCB

Tânia Zanella

Gerência Geral SESCOOP

Karla Oliveira

SISTEMA OCB

No Brasil, o movimento cooperativista é representado oficialmente pelo Sistema OCB, instituição privada e composta por três entidades complementares entre si:

- ✓ **Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop)** - órgão de representação sindical das cooperativas, composto também por federações e sindicatos.
- ✓ **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)** - entidade representativa do cooperativismo no país, responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista em todas as instâncias políticas e institucionais, no Brasil e no exterior.
- ✓ **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)** - integrante do "Sistema S", responsável pela formação profissional, pela promoção social e pelo monitoramento das cooperativas.



Gerência de Comunicação

Daniela Lemke

Conselho Editorial

Adriano Trentin Fassine, Fernando Ripari, Juliana Gomes de Carvalho, Renato Nobile, Karla Oliveira, Maria Helena Varnier Manhães, Samuel Zanello Milléo Filho e Tânia Zanella

Jornalista responsável

Gabriela Prado (DRT/DF-6882)

Projeto gráfico, diagramação, redação, edição executiva, revisão e arte-final
Grupo Informe - Comunicação Integrada

Edição

Chico Neto
com Gabriela Prado

Reportagem

Ana Cristina Vilela, Dijanira Goulart e Viviane Marques

Diagramação

Vanessa Farias

Versão digital

Diego Soares

Fotografia

Flora Egécia

Capa / Ilustração

Cícero

Revisão

Beth Nardelli

Tiragem

12 mil exemplares

Impressão

Gráfica Brasil

A revista *Saber Cooperar* é uma publicação do Sistema OCB, de responsabilidade do SESCOOP, distribuída gratuitamente.

Endereço: Setor de Autarquias Sul - SAUS - Qd. 4 • Bloco "T" • Brasília-DF (Brasil)
Tel.: +55 (61) 3217-2119 • CEP 70070-936

06

CONEXÃO COOPERATIVA

Acompanhe comentários de lideranças públicas sobre o cooperativismo



08

ENTREVISTA

Referência em planejamento de agronegócio, Marcos Fava Neves destaca o papel das cooperativas



SUMÁRIO

14

CAPA

Atuação da OCB frente ao Executivo e ao Legislativo traz conquistas aos cooperados de diversos ramos



22

ESPECIAL IC AGRO

Primeiros resultados do Índice de Confiança do Agronegócio marcam mais uma vitória do cooperativismo na área

26

BOAS PRÁTICAS

Diagnóstico do Ramo Educacional ajuda a encontrar propostas que marquem mais espaço da OCB no poder público



30

PERSONAGEM

Mário Lanznaster, da Aurora, sempre apostou em compartilhar conhecimentos. A família vai pelo mesmo caminho

34

GOVERNANÇA

Para orientar as ações das cooperativas em médio e longo prazos, planejamento estratégico é ferramenta fundamental



38

ESPECIAL EXPOCOOP

Evento bianual reuniu, no Paraná, representantes dos principais países em torno dos avanços do cooperativismo

44

COOPERANDO

Cooperados e público em geral se beneficiam do trabalho conjunto das cooperativas do Ramo Consumo

50

FIQUE DE OLHO

Acompanhe as principais novidades do meio cooperativista, como lançamento de livros e eventos

52

ARTIGO

O desembargador Paulo Habith analisa as relações do cooperativismo com o Poder Judiciário



54

MEMÓRIAS

Roberto Rodrigues lembra como foi importante a ação das entidades cooperativistas brasileiras para uma aliança internacional



“ PARA FAZERMOS COOPERATIVISMO, TEMOS QUE COMEÇAR PELO BÁSICO, QUE É A EDUCAÇÃO. ”

ONOFRE CEZÁRIO DE SOUZA FILHO,
presidente do Sistema OCB/MT

“ Vejo o cooperativismo como a única alternativa de vida saudável no planeta, nos próximos anos. É esse movimento de pessoas que vai garantir qualidade de vida e igualdade social ao país. ”

JOSÉ LUIZ TEJON,
consultor em gestão comercial e agronegócio

“ Está na hora de as cooperativas assumirem seu papel. Vamos quebrar a redoma que nos impede de ter acesso aos fóruns que definem políticas que afetam a economia global. A voz de 1 bilhão de cooperativistas precisa ser ouvida. ”

PAULINE GREEN,
presidente da Aliança
Cooperativa Internacional (ACI)



As boas práticas de gestão em todas as organizações, sejam elas mercantis ou cooperativas, impactam diretamente no crescimento do país, na sustentabilidade da sociedade. ”

JAIRO MARTINS,
superintendente da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)

Flora Egécia





Divulgação

“**Primar pela transparência significa muito mais do que divulgar os resultados contábeis, o que é obrigatório por lei. É preciso que a cooperativa mostre abertamente o que faz e como faz, por exemplo: os procedimentos internos, o modelo de produção e comercialização, os valores agregados àquele produto ou serviço oferecido, as preocupações socioambientais.**”

CELSON RAMOS RÉGIS,
diretor da OCB e presidente do Sistema OCB/MS



O aumento da profissionalização e os bons resultados alcançados ano após ano demonstram a evolução do cooperativismo brasileiro. Para que esse instrumento de desenvolvimento econômico se torne mais conhecido, é necessário expandir o diálogo com a sociedade.”

EDIVALDO DEL GRANDE,
diretor da OCB e presidente do Sistema Ocesp

“*Nós saímos de uma situação de país importador de alimentos e alcançamos segurança alimentar. Conseguimos projetar o país como um grande produtor e exportador de alimentos para o mundo, mas temos que ter os pés no chão. Temos que entender que estamos vivendo um momento de muitas mudanças e que muitas outras virão, juntamente com novos desafios. Um deles é buscar a simetria entre aumento de produção e crescimento populacional.*”

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES,
presidente da Embrapa



Cooperativismo, a melhor parceria

Engenheiro agrônomo com mestrado e doutorado em administração e pós-graduações internacionais em agribusiness & marketing de alimentos (França) e em canais de distribuição de alimentos (Holanda), Marcos Fava Neves é referência em planejamento de agronegócio e propostas para solução de problemas empresariais e de cadeias produtivas. Autor de dezenas de publicações sobre o tema, ele colabora com publicações nacionais e estrangeiras, e além de lecionar na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), é professor visitante da Universidade de Buenos Aires, da China Agricultural University e da Purdue University (Estados Unidos). Em entrevista a esta edição da *Saber Cooperar*, Fava Neves destaca o papel fundamental das cooperativas brasileiras nos negócios do Ramo Agropecuário, bem como no manejo e na distribuição de recursos produtivos.



Sou grande fã do cooperativismo. Por mim, as cooperativas seriam muito maiores e teriam muito mais poder no Brasil. ”



**Quais são as oportunidades que o senhor consegue observar no Brasil, atualmente, capazes de beneficiar as cooperativas?**

A economia global crescerá 3,3% ao ano até 2022, puxada pelo mundo emergente, apresentando média de 5,6% ao ano, com destaque para a China, 7,8%, e para a Índia, com 7,5%. Os emergentes se tornam os grandes compradores dos nossos alimentos, pois em 2020 serão 82% da população consumidora (China e Índia serão quase 40%). África e Oriente Médio responderão por 50% do aumento da importação global de carnes e outros alimentos e a China deve importar 25 milhões de toneladas de milho e 100 milhões de toneladas de soja, sendo a maior parte do Brasil. Vale ressaltar que o agronegócio e, conseqüentemente a sociedade brasileira, têm se beneficiado desse crescimento do consumo mundial, pois pulamos de uma exportação de US\$ 20 bilhões em 2000 para mais de US\$ 100 bilhões em 2013, com claras possibilidades de se atingir US\$ 200 bilhões em 2020. A safra de grãos chegou a 184 milhões de toneladas e a renda da agricultura e pecuária a R\$ 450 bilhões em 2013, um recorde de geração e distribuição de renda. Vivemos a era do consumo mundial de alimentos, puxado pelos fatores de principal impacto, que são crescimento populacional, urbanização, desenvolvimento econômico, distribuição de renda, programas governamentais de acesso a alimentos (como os recém-implementados na China e na Índia) e o uso de terra para biocombustíveis, bioprodutos e geração de eletricidade. Graças

a esse consumo, viveremos décadas de enorme pressão em cima dos recursos produtivos, que são a terra, a água, as pessoas (recursos humanos), a tecnologia, a informação, a conectividade, o crédito, os governos e instituições, a capacidade de armazenagem, de transporte e, finalmente, a capacidade de gestão. As sociedades que tiverem esses recursos - o que é o caso do Brasil, com amplo estoque de solo, água e clima para colocar à disposição do consumo mundial - e souberem manejá-los melhor estarão à frente na promoção de seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, puxado pelas exportações de alimentos. Nisso, as cooperativas são absolutamente fundamentais. Sou grande fã do cooperativismo. Por mim, as cooperativas seriam muito maiores e teriam muito mais poder no Brasil.

Historicamente, o Brasil tem sofrido ano após ano com os altos e baixos da agropecuária. Seria possível ter um planejamento de longo prazo direcionado à agropecuária, para atender inclusive a produção das cooperativas?

Nós temos pouco planejamento. É fundamental que seja feita uma avaliação das principais preocupações que os sistemas de produção agrícola devem enfrentar no mundo, identificando desafios para a agricultura e a indústria de alimentos. Deve-se avaliar a situação e como o conhecimento está se desenvolvendo para guiar futuras pesquisas e estruturar discussões relacionadas a como alimentar, vestir e movimentar o mundo de maneira sustentável. Recen-

temente, falei de nove questões na agricultura mundial que são fundamentais ao Brasil e às cooperativas. Vamos enumerá-las. A questão 1 é: o crescimento econômico e o aumento de renda vão permitir uma adequada distribuição de recursos suficientes para comprar alimentos adicionais e melhorar sua ingestão nutricional? Questão 2: quais serão as características demográficas de saúde e as exigências nutricionais da futura população? Questão 3: os recursos estarão disponíveis para suprir o esperado aumento de demanda por produtos agrícolas relacionados a alimentos, rações, combustíveis, fibras, plásticos, eletricidade, entre outros? Questão 4: as políticas dos governos vão impedir ou impulsionar a produção e a produtividade agrícola? Questão 5: qual será o aumento de produtividade e capacidade de produção agrícola mundial que as tecnologias e inovações proporcionarão? Questão 6: como estão os solos e os recursos hídricos para suprir alimentos de maneira sustentável, social e ambientalmente responsável e economicamente viável? Questão 7: como transportes, logística e políticas internacionais serão adequados e dispostos para levar a produção ao consumo? Questão 8: como as mudanças climáticas, incluindo aquecimento global e maiores variações de pluviosidade e temperaturas, vão impactar na localização dessas produções agrícolas? Questão 9: quais serão as informações, conhecimentos, habilidades e competências necessárias para fazer frente ao aumento da demanda mundial? Essas discussões e o grande cresci-

mento das importações mundiais de alimentos abrem ao Brasil uma enorme oportunidade. Trata-se provavelmente do único setor ou negócio produzido no país que apresenta, aos nossos portos, chances tão claras de exportações, de venda de produtos e de inserção da nossa sociedade no primeiro mundo.

Em reportagem publicada na revista *Agrosul em Campo*, o senhor critica as prioridades do governo para a agricultura. O que, na sua opinião, poderia ser diferente, sobretudo para o universo das cooperativas?

Quanto mais cedo o Ministério da Agricultura, num país onde o agronegócio representa mais de 35% do PIB, receber do governo federal o devido holofote, sendo blindado, fortalecido e ocupado por técnicos qualificados, coordenando todos os esforços desta área de alimentos, bioenergia, mais cedo a sociedade brasileira conquistará essa renda do consumo mundial para ser aqui amplamente distribuída. É preciso sair do Brasil para ver que a capacidade do agronegócio brasileiro de responder a essa demanda mundial é internacionalmente reconhecida. Falta o reconhecimento nacional, não apenas em palavras, mas em ações efetivas, em prioridade e capacidade de implementação de estratégias. É uma chance única que se abriu à nossa sociedade. Para aproveitar esta oportunidade, o Brasil deve agir no sentido de melhorar o uso dos seus recursos, remover os entraves logísticos, de armazenagem, tributários, trabalhistas, financeiros, ambientais, de governança,



As sociedades que tiverem recursos e souberem manejá-los melhor estarão à frente na promoção de seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, puxado pelas exportações de alimentos. ”

de pesquisa, de seguros, de segurança no campo, entre outros há muito tempo apontados. Em síntese, são os seguintes os recursos necessários para vencer a competição mundial, e o Brasil deve ter um plano para cada um deles: terra e solo (disponibilidade e preço); água e clima (presença e custo); trabalho, pessoas e educação; nutrientes (fertilizantes etc.); tecnologia, pesquisa e desenvolvimento; informação e conectividade; capital (crédito, seguro); instituições (leis); organizações (cooperativas); governos e eficiência administrativa; energia (custos); estocagem, transporte e armazenagem; capacidade de gestão agrícola e, por último, capacidade de coordenação da cadeia produtiva (sistema agroindustrial).

A inflação está de volta e preocupa a economia brasileira. Quais cuidados a serem tomados pelas cooperativas agropecuárias para evitar o agravamento da situação?

Não apenas a inflação, mas o Brasil foi rebaixado pela Standard & Poor's. A sofrível gestão do pesado e complexo Estado e a decorrente explosão do gasto público deixaram nosso governo sem margem para reduzir sua fúria arrecadatória (impostos). Se olharmos o Brasil como uma grande empresa que compete no mundo, nossa sociedade não vai bem. Estamos caindo diversas posições nos principais rankings mundiais de competitividade. O rombo das transações correntes (balança comercial, serviços e transferências) em 2013 atingiu US\$ 81 bilhões, 50% a mais que em 2012, sendo o



maior desde 2001. O investimento estrangeiro direto no Brasil caiu para 2,88% do PIB. É a primeira vez que este percentual cai desde 2009. Nosso superávit primário foi o menor desde 2002 (1,9% do PIB). Nossa deteriorada balança comercial fechou o ano com saldo de pouco mais de US\$ 2,5 bilhões, o pior resultado desde 2000. O governo só não jogou o país para déficit na balança devido à criativa operação de exportar as plataformas de petróleo que nunca deixaram o Brasil. Só isso gerou US\$ 7,7 bilhões em “exportações”. Fomos contemplados nestes últimos anos com três presentes muito indesejáveis e indigestos: o aumento na taxa de juros, a perda de valor da nossa moeda (e consequentemente do nosso patrimônio) e o mais terrível – a volta da inflação. Diferentemente de quem está no dia a dia brasileiro, quem morou um ano fora do Brasil pode dar sua percepção de que a inflação voltou e voltou forte. Nada disso seria necessário se tivéssemos um projeto de gestão e não de poder, e se as consequentes reformas estruturantes tivessem sido parte da agenda. Fora as preocupações com o Brasil, há outras, inerentes ao cooperativismo, a começar pela necessidade de maior fidelização do cooperado e comprometimento do cooperado com o negócio que é dele. Existe a falta de eficiência na gestão das cooperativas, e muitas ainda apresentam medo da transformação e do novo. Existe também uma legislação trabalhista punitiva ao setor agro e às cooperativas, uma legislação ambiental restritiva e ainda um equívoco de política pública no setor agro (federal e estadual). É



É fundamental que seja feita uma avaliação das principais preocupações que os sistemas de produção agrícola devem enfrentar no mundo, identificando desafios para a agricultura e a indústria de alimentos. ”



preciso melhorar o controle de custos das atividades agrícolas e do empreendedorismo do produtor rural. Em muitas regiões, sofremos de insegurança jurídica com relação a direitos de propriedade (desapropriações). A legislação tributária ainda apresenta dificuldades. Há também problemas de armazenagem insuficiente, logística e transporte. Enfim, há muita coisa acontecendo no mundo e as cooperativas brasileiras não estão sendo informadas.

Levando em consideração o cenário econômico atual, em relação às commodities, quais as tendências para este ano? E onde as cooperativas do Ramo Agropecuário estão inseridas?

O cenário continua muito positivo para o agro brasileiro. O primei-



Divulgação

ro fato - números da nossa economia - mostra que, silenciosamente, as cadeias produtivas do agronegócio brasileiro seguiram 2013 no seu caminho de produzir e gerar renda, empregar para distribuir renda e contribuir com a economia brasileira. O valor bruto da produção do agro brasileiro chegou a R\$ 470 bilhões, 11,3% maior que em 2012. Desse total, 66,5% referem-se à agricultura e 33,5% à pecuária, renda gerada que moveu inúmeros outros setores econômicos do que chamo de “Brasil chinês”, o Brasil do agro. As exportações encostaram em US\$ 100 bilhões, 4,3% acima de 2012. As importações também cresceram 4%, chegando a US\$ 17 bilhões, o que proporcionou um incrível saldo de US\$ 83 bilhões em 2013. Só em soja, fo-

ram US\$ 31 bilhões, chegando a 31% do total brasileiro. Sojicultores tiveram a façanha de exportar 10 milhões de toneladas a mais em 2013. Entre os compradores, foi a China que desbancou a União Europeia e passa a ser o maior consumidor da nossa comida. Chega já a quase 23% das nossas exportações do agro, e só tende a crescer. Vale dizer que a China comprou do Brasil US\$ 23 bilhões só em comida.

De acordo com seus estudos, análises e previsões, as cooperativas produtoras de grãos devem manter seus investimentos nas mesmas culturas ou é recomendável uma alternativa mais viável economicamente?

Basicamente, a agenda das cooperativas deve ser de um proces-

so contínuo de criação, captura e compartilhamento de valor. Isso pode ser feito com uma bela estratégia de custos, de diferenciação e de ações coletivas. Existem diversas oportunidades às cooperativas. Deixo aqui uma lista: maior integração lavoura-pecuária e, em algumas regiões, lavoura-floresta; estudos de agregação de valor via agroindústria em ações coletivas; estudos mais detalhados do modelo Copersucar, para ver como ele poderia funcionar; estudos de diversificação de produtos; organização política visando às eleições de 2014; oportunidade de ocupar novos espaços nacionais e internacionais, principalmente os emergentes; e, por último, avaliação de outras ações coletivas, como centrais de compras e de vendas. ■

E o vencedor é...

OCB amplia atuação frente ao Executivo e ao Legislativo na defesa dos vários ramos do cooperativismo. Quem ganha é o cooperado, por meio de resultados que já sinalizam vitórias especialmente no campo, no transporte, no garimpo e nos serviços financeiros

A primeira vitoriosa desse ranking é Isabel Rodrigues Viana, moradora de Engenho Novo, no Rio de Janeiro. Desde que morreu seu marido, Durval Antunes, em 2010, ela lutava para obter a permissão legal que assegurou ao taxista o direito de trabalhar no ramo. O objetivo de Isabel era um só: conseguir se sustentar, passando a dedicar-se à profissão exercida pelo marido durante quase quatro décadas. Em 2012, passou a vigorar no Rio de Janeiro um dispositivo legal que lhe dava esse direito (Lei nº 5.492/2012). Foi quando Isabel correu para comprar outro carro e entrou na autoescola, aprendendo a dirigir e tirando a sua primeira habilitação aos 66 anos. “Seis meses antes de morrer, meu marido dizia: ‘Mulher, você tem que tirar carteira’”, relembra. A lei, entretanto, só vigorou durante um mês, frustrando os planos de Isabel, que ainda ficou com as pres-

tações do veículo para pagar.

Foi quando entrou em campo a causa cooperativista. Um trabalho constante da OCB junto ao Legislativo foi fundamental para ajudar a aprovar, no fim do ano passado, a Medida Provisória nº 615/2013. De acordo com a lei, a permissão para transportar passageiros pode ser transmitida, como herança, aos sucessores diretos, em caso de falecimento do condutor. Isabel, que já havia perdido o filho, era a única herdeira e pôde, enfim, colocar alguém para dirigir o táxi, pois, aos 69 anos, considera não ter mais idade para trabalhar dirigindo pelas movimentadas ruas cariocas. “O direito de uso está no meu nome. Meu Deus, eu nem acredito!”, comemora Isabel, que, durante os três anos de espera, viveu da aposentadoria e do trabalho como cabeleireira, desenvolvido em casa.

Quem passa pela mesma situação é Viviane dos Santos Farias, 30

anos, e sua mãe, Solange dos Santos Farias, 54. O pai de Viviane, Valdomiro Bezerra de Farias, foi taxista por 40 anos e faleceu em 2013. Hoje, a filha e a mulher estão na fila para obter a permissão, pois houve um acúmulo de casos após a aprovação da medida provisória - cerca de 700 pessoas (viúvas ou filhos) estão à espera somente no Rio de Janeiro. Vítima de câncer, três dias antes de morrer, Valdomiro ainda teve tempo de assinar alguns papéis e colocar a filha como dependente, tornando-a herdeira, pois Solange, com a saúde debilitada, não teria condições de ir em busca de seus direitos. “O mais importante é a vontade dele, pois sabia que minha mãe não teria uma renda própria”, comenta Viviane. A única fonte de sustento de que Solange dispunha eram os rendimentos do marido.

Vinícius Mesquita, diretor do Sistema OCB/RJ e membro do Conselho Consultivo do Ramo Transporte na OCB, relata que a batalha para obter a hereditariedade se arrastava em razão de interpretações jurídicas. “Vínhamos nessa luta havia muito tempo, pois, infelizmente, havia o entendimento jurídico de que a permissão não podia ser hereditária”, esclarece. Explorado, o aspecto mais importante da reivindicação ajudou a mudar esse quadro. “O entendimento melhorou quando começamos a deixar claro que a hereditariedade tinha cunho social”, esclarece José Marcos Bezerra, diretor-presidente da Novo Rio Cooperativa e diretor de Registro do Conselho Regional de Taxistas do Estado do Rio de Janeiro (CRT/RJ).



Flora Egécia

Isabel Rodrigues Viana, graças ao trabalho do Sistema OCB, conseguiu o direito de uso do táxi de seu falecido marido: “Meu Deus, eu nem acredito!”

CONQUISTAS

O grande vencedor, nesse caso, é cada um dos taxistas. “O que pretendíamos era dar maior aporte à família, pois estamos pensando na segurança de nossos filhos”, ressalta Severino Vicente de Lima, presidente da Cooparioca e do CRT/RJ. Ele elogia o empenho cooperativista na questão: “Nós fazemos parte do corpo da OCB e todas as cooperativas são filiadas. A OCB/RJ deu muito apoio”. Vinícius Mesquita destaca que a OCB não apenas ce- deu espaço para as reuniões, como abriu as portas para que as discussões com o Legislativo e o Executivo fossem iniciadas.

A OCB acompanha constantemente as proposições de interesse do cooperativismo em tramitação no Congresso Nacional. Atualmente, 500 proposições, com impactos

positivos ou negativos, são monitoradas. As mais importantes são selecionadas para compor a Agenda Legislativa do Cooperativismo, distribuída a todos os parlamentares federais e encaminhada ao Poder Executivo. A oitava edição, lançada em março deste ano, contempla cerca de 50 propostas de lei em tramitação - as mais importantes. “Toda essa atuação busca assegurar a inserção correta das cooperativas na legislação, garantindo suas demandas e especificidades”, afirma a gerente de Relações Institucionais da OCB, Fabíola Nader. O trabalho é feito por meio de planejamento estratégico, em um processo participativo e sistêmico, envol-

vendo as unidades estaduais, os conselhos nacionais dos ramos, a diretoria e as equipes técnicas da organização. O resultado final é divulgado toda semana e, ao final, chega às páginas do Relatório de Atividades da OCB.

E no relatório deste ano consta uma das maiores conquistas para o setor de transportes: a redução da base de cálculo do Imposto de Renda (IR) para os transportadores rodoviários de cargas autônomos, de 40% para 10% do valor do frete, representando uma economia de R\$ 700 milhões por ano no bolso dos caminhoneiros autônomos em todo o Brasil. Quem comemora é Dorival Bartzike, presidente da Cooperativa de Transportes Rodoviários e Serviços de Cafelândia, no Paraná (Coopercaf). Segundo ele, somente na conta dos cooperados de sua cidade, houve uma economia de R\$ 360 mil no IR 2014 (ano-base 2013).

A demanda foi apresentada, com prioridade, pelo Sistema OCB em reuniões no Ministério dos Transportes, na Agência Nacional de Transportes Terrestres e na Receita Federal. Além disso, houve uma atuação de sensibilização



O que pretendíamos era dar maior aporte à família. ”

SEVERINO VICENTE DE LIMA,
presidente da Cooparioca

no Poder Legislativo, apoiada pela Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) com a apresentação do Projeto de Lei nº 494, de 2011. A atuação continuou até o governo federal optar por encaminhar o tema por meio de medida provisória, em setembro de 2012, aprovada pelo Congresso Nacional em fevereiro de 2013 e transformada na Lei nº 12.794/2013.

Os bons resultados são um exemplo de ação articulada do Sistema OCB com suas unidades estaduais, os conselhos consultivos e a equipe interna. O Conselho Consultivo trabalhou para a construção de uma argumentação que justificasse o pleito. Para tanto, os estados se organizaram e enviaram dados econômicos das cooperativas, material que foi consolidado em planilhas. Estas, por sua vez, apresentaram o impacto da tributação vigente nas atividades das cooperativas, balizando o pleito. Em seguida, o tema foi trabalhado pela OCB junto ao Executivo e ao Legislativo. O resultado final é exemplo de im-



Flora Egécia

portante trabalho de equipe.

“Isso foi um trabalho nota 10”, exalta o presidente da Coopercaf, para quem “a OCB tem sido uma verdadeira mãe”. Ao todo, a Coopercaf tem 150 cooperados que deixavam boa parte do frete para o governo. “O imposto era injusto”, reclama o presidente da cooperativa. Por exemplo, se um caminhão bitrem com 37 toneladas de soja saísse de Cafelândia para o Porto de Paranaguá, em um raio de cerca de 600 quilômetros, o frete seria de R\$ 3,7 mil (R\$ 100 por tonelada). Nesse caso, o imposto gerado seria de R\$ 700. Agora, a tributação recai sobre 10% do valor bruto do frete, uma redução significativa. Outra conquista permite isentar do tributo um autônomo com até dois dependentes e ganho mensal de até R\$ 20 mil em frete.

TRABALHO NO CAMPO

No Ramo Agropecuário, a vencedora foi a agricultura familiar. Isso porque a Declaração de Aptidão



ao Pronaf / Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), a DAP Jurídica, foi alterada de 70% para 60%. Ou seja, atualmente as cooperativas com 60% de agricultores familiares já podem solicitar tal comprovante, que permite a contratação de crédito via Pronaf. Antes era necessário um mínimo de 70% de agricultores familiares para a obtenção do direito. O índice já esteve em 90%. A mudança foi trabalhada no contexto do Plano Safra da Agricultura Familiar, esfera em que a OCB começou a atuar ainda em 2011, principalmente junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A forte motivação para o empenho do Sistema OCB se relacionava ao fato de os níveis de adesão e enquadramento anteriores não fazerem jus ao elevado número de cooperados que não estavam contemplados com as políticas do Pronaf - apesar de preencherem todos os pré-requisitos para esse enquadramento. Assim, esse público não podia se beneficiar de custos financeiros e prazos de financiamentos mais interessantes.

Tal quadro fazia com que, não raramente, o número de agricultores familiares em cooperativas de grande porte não amparados pelo Pronaf ultrapassasse o contingente dos atendidos pelas instituições menores beneficiadas pelo programa. As grandes cooperativas, com estrutura diversificada do quadro social, desenvolveram mecanismos de inclusão a partir dos quais pequenos, médios e grandes produtores asseguram a competitividade com ganhos de escala, baixos

custos de transação, capacidade de gerar resultados e de fornecer assistência aos cooperados.

Os agricultores familiares buscam organizar-se por meio de cooperativas agropecuárias, caminho que vislumbra oportunidades de inserção no mercado, economias de escala e ganhos de eficiência. São várias as localidades em que essas cooperativas representam uma das poucas possibilidades de agregar valor à produção rural, bem como de estabelecer pequenos e médios produtores em mercados concentrados. Com maior poder de negociar na hora de adquirir insumos para fornecer aos cooperados, essas instituições conseguem reduzir os custos de transação.

Para que uma cooperativa obtenha a DAP Jurídica, 60% dos seus cooperados precisam ter uma espécie de "DAP física". Outra conquista nesse sentido resultou na alteração da renda bruta anual familiar de R\$ 160 mil para R\$ 360 mil, o que ampliou o número de produtores inseridos como agricultores familiares. A grande vantagem dessa mudança, segundo a gerente Técnica e Econômica da OCB, Clara Maffia, é a ampliação do acesso às linhas de crédito do Pronaf.

Quem já conseguiu a DAP Jurídica foi a Aurora Alimentos (com sede em Chapecó, Santa Catarina), presidida por Mário Lanznaster. "A Aurora tem 12 filiadas bem heterogêneas, com a maioria de produtores de médio e grande portes. Portanto, a maioria se enquadra na agricultura familiar, e a nova DAP Jurídica possibilitou a entrada de produtores de três das 12 cooperativas, repre-



Flora Egécia



Vínhamos nessa luta havia muito tempo, pois, infelizmente, havia o entendimento jurídico de que a permissão não podia ser hereditária. ”

VINÍCIUS MESQUITA,
diretor do Sistema OCB/RJ e membro
do Conselho Consultivo do Ramo
Transporte na OCB

sentando um aumento de 20% no número de agricultores, que puderam ser enquadrados como familiares”, esclarece o vice-presidente da instituição, Neivor Canton. Das 62 mil famílias de cooperados da Aurora, 75% são agricultores donos de propriedades com tamanho médio de até 15 hectares.

OCB À FRENTE

Para Canton, a OCB teve um trabalho estratégico e decisivo na mudança das regras de enquadramento da DAP Jurídica. “Sem a OCB, essa missão teria sido quase impossível”, destacou. A inclusão da cooperativa na DAP Jurídica permite à Aurora o acesso a linhas de crédito do Pronaf. Agora, já se valendo do Pronaf, em sinergia com as cooperativas filiadas, o objetivo é ampliar a área de armazenagem e a distribuição de derivados de suínos, aves e produtos lácteos.

Ainda no Ramo Agropecuário, o superintendente administrativo-financeiro da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. (Comigo, de Rio Verde, GO), Warlen Ferreira de Freitas, fala da mais nova aquisição da cooperati-

va via Programa de Construção de Armazéns (PCA), do governo federal. A verba para a ampliação da capacidade estática de armazenagem do município goiano de Paraúna, de 42 mil para 96 mil toneladas de grãos, deve sair neste semestre. A projeção é elevar a capacidade de armazenagem em mais 180 mil toneladas até 2015. Atualmente, contando com as obras de Paraúna, a capacidade já ultrapassa 1,4 milhão de toneladas de grãos, mas há o projeto de chegar a 1,6 milhão ainda no ano que vem. Os armazéns previstos serão construídos em Palmeiras, Iporá e Piranhas, todos em Goiás. “Hoje, o mais viável é usar o Plano Nacional de Armazenagem (PNA), pois nos dá um prazo maior para pagamento”, explica Freitas.

O PCA é um programa coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), ampara recursos equalizados pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e atualmente conta com orçamento de R\$ 55 milhões por safra, beneficiando diretamente cooperativas, cerealistas e produtores rurais com taxa de juros de 3,5% ao ano e prazo de reembolso de até 15 anos, com três anos de carência. Tais condições fazem com que esse programa se enquadre perfeitamente no atendimento das reais necessidades das cooperativas agropecuárias brasileiras especializadas na prestação de serviços de armazenagem, no know-how e no gerenciamento adequado de suas atividades - características que as fazem ocupar o importante papel

delegado pelo Estado.

Desde que foi convidado a participar do grupo técnico encarregado de construir as bases do PNA, o Sistema OCB contribuiu fortemente, durante dois anos, para a formação e para a estruturação do programa, atuando com representantes técnicos de suas unidades estaduais e representantes das cooperativas frente ao Poder Executivo, principalmente os ministérios da Fazenda e da Agricultura. Nesse contexto, outro importante avanço registrado foram os aumentos médios das tarifas de armazenagem realizadas por terceiros - índices reajustados pela Conab -, dos produtos vinculados à PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) e aos estoques estratégicos do governo. Foram registrados aumentos de 34,7% para armazenagem e serviços na modalidade convencional e de 29,5% para armazenagem e serviços a granel, índices que beneficiaram fortemente as cooperativas brasileiras. Atualmente, o sistema cooperativista detém 22% da estrutura brasileira para guarda e manutenção de produtos agrícolas, com forte participação das políticas de estocagem do governo federal.

SERVIÇOS FINANCEIROS

“Hoje, nenhum associado é diferente de qualquer cliente de banco na questão de segurança de seus negócios financeiros realizados nas cooperativas, ou seja, todos têm as mesmas garantias”, avalia Celso Ramos Régis, coordenador do Conselho Consultivo de Crédito da OCB (Ceco). “Isso foi um grande avanço,



ainda com a diferença de que na cooperativa o negócio é do cooperado”, conclui. Ele cita o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), em funcionamento desde 10 de abril deste ano e que, articulado desde 2012, agora dá a vitória a todos os cooperados investidores.

A criação do FGCoop é resultado do empenho compartilhado das equipes da OCB, Ceco, Casa Civil e Banco Central, em uma atuação harmônica, fortalecendo cada vez mais a ferramenta de desenvolvimento econômico e social que é o Ramo Serviços Financeiros. Além disso, com o trabalho desenvolvido pela OCB na tramitação da Medida Provisória nº 619/2013 (Lei nº 12.873/2013), o FGCoop recebeu paridade de tratamento com outros fundos, sendo isento da incidência de dois tributos: Imposto de Renda, inclusive sobre aplicações de renda fixa e variável; e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Durante todo o processo, foi fundamental mais uma vez a atuação em conjunto das equipes da OCB junto ao Legislativo e ao Executivo, comprovando a importância do papel de representação política do cooperativismo exercido pela OCB.

Foi em novembro de 2012 que o Banco Central anunciou a Resolução nº 4.150/2012, do Conselho Monetário Nacional, que traçou os requisitos e características mínimas para o fundo. Com a medida, o grupo técnico do Conselho Consultivo do Ramo Serviços Financeiros da OCB passou a trabalhar no estatuto e no regulamento do FGCoop, em conjunto com os técnicos do Ban-



Hoje, nenhum associado é diferente de qualquer cliente de banco na questão de segurança de seus negócios financeiros realizados nas cooperativas, ou seja, todos têm as mesmas garantias. ”

CELSO RAMOS RÉGIS,
diretor da OCB, presidente do Sistema OCB/MS e coordenador do Conselho Consultivo de Crédito da OCB

co Central, até que, em novembro do ano passado, foi divulgada, no V Fórum de Inclusão Financeira, a Resolução nº 4.284/2013, aprovando o estatuto e o regulamento. O FGCoop foi criado por uma assembleia de constituição em setembro de 2013, com registro no cartório em fevereiro deste ano.

Segundo Lúcio César de Faria, diretor-executivo do FGCoop, hoje o depositante de qualquer cooperativa de crédito tem seus depósitos cobertos pelo fundo. “Isso aumenta a credibilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) e iguala as condições de competitividade com os bancos comerciais, pois o nível de cobertura é igual ao dos bancos até o montante de R\$ 250 mil por pessoa física ou jurídica”, esclarece. O fundo tem dois objetivos básicos: garantir depósito e dar assistência financeira às cooperativas, tanto para a recuperação da instituição quanto para facilitar incorporações. Porém, o segundo caso só passará a valer quando as disponibilidades do FGCoop equivalerem a 1,5% do volume de depósitos das cooperativas e dos bancos cooperativos. A projeção é para cinco anos.

O Fundo Garantidor já nasceu robusto. Tem duas receitas. Uma é a contribuição ordinária das cooperativas e dos bancos cooperativos, no percentual de 0,0125% do saldo das contas objetivo de garantia. A



Flora Egécia

Flora Egécia



Atuação busca assegurar a inserção correta das cooperativas na legislação. ”

FABÍOLA NADER,
gerente de Relações Institucionais da OCB

outra são as taxas sobre cheque sem fundo recorridas pela cooperativa de crédito e pelos bancos cooperativos. A primeira arrecadação registrou R\$ 6,9 milhões originários de contribuições ordinárias e R\$ 270 mil de taxa de cheque sem fundo. A perspectiva de arrecadação mensal, de acordo com Lúcio César de Faria, é entre R\$ 7 a R\$ 8 milhões. Antes, essas taxas iam para o Fundo Garantidor (FGC - dos bancos), mas houve uma negociação constante de lei e de resolução que transferiu os recursos, já corrigidos, para o FGCoop, somando R\$ 128,9 milhões - valores de 1996 a março de 2014, portanto, desde o início do FGC. “Assim, o fundo tem atualmente R\$ 137 milhões aplicados”, contabiliza o diretor-executivo do FGCoop.

Quanto aos sistemas vigentes desde 2009 no Banco Central - a exemplo do Sicoob, da Unicred e do Sicredi, todos com fundos próprios, que garantiam depósitos de associados das cooperativas dos respectivos sistemas -, esses decidirão individualmente o que será feito com esses fundos.

RAMO MINERAL

A proposta para um novo Código da Mineração - o Projeto de Lei nº 5.807/2013, de autoria do Poder Executivo, em tramitação no Congresso Nacional - abrange todas as categorias do setor mineral. O dispositivo substituirá a lei em vigor desde 1967, impactando diretamente a atividade das 76 cooperativas de mineração do país. Preocupada com isso, em 2013 a OCB mobilizou suas unidades estaduais e, por meio do Conselho Consultivo do Ramo Mineral, definiu as demandas e as prioridades das cooperativas para serem tratadas no texto legal (**veja quadro**). Após análise técnica do projeto de lei e das 372 emendas apresentadas pelos deputados, foram identificados e priorizados os pleitos que poderiam repercutir na atuação e no desenvolvimento das cooperativas.

Foram sugeridas, então, emendas que trouxessem para o texto a importância do papel exercido pelas cooperativas minerais. “Temos estudado o tema internamente, em conjunto com as unidades estaduais e com o Conselho Consultivo do Ramo Mineral da OCB, além de contarmos com o apoio de consultorias especializadas”, salienta Clara Maffia. Ao mesmo tempo, a OCB acompanha todas as discussões sobre o tema no Congresso Nacional, principalmente na Comissão Especial do Código



de Mineração, instituída na Câmara dos Deputados para análise do tema. “Nossa atuação, envolvendo representantes do Poder Executivo e o relator da matéria na Câmara, resultou em 80% dos nossos pleitos atendidos no relatório preliminar”, informa Fabíola Nader.

Um dos setores tratados pela OCB foi a exploração da argila, que, segundo o presidente da Cooperativa de Exploração Mineral de Morro da Fumaça (Coopemi, em Santa Catarina), Sérgio Pagnan, não tinha especificações no código em vigor. “No atual código, a exploração de argila entra em bens minerais sociais, mas não tem nenhuma especificação”, alega ele, que também é coordenador do Conselho Consultivo do Ramo Mineral na OCB. Em sua avaliação, no que se refere à exploração da argila, “o novo marco regulatório significa a inclusão de pequenos e microempresários, porém fundamentais para a Nação, porque os bens minerais do Brasil estão localizados fora dos grandes eixos populacionais”. Pagnan explica que, nesses locais, há pessoas com necessidade de trabalho que não teriam chances no mercado tradicional. Hoje, são 76 cooperativas de mineração filiadas à OCB, em todos os setores. “Todas necessitam salvaguardar-se junto à elaboração da nova lei”, adverte.

Outro objeto de acompanhamento pela OCB na área da mineração foi a Medida Provisória (MP) nº 610/2013, transformada na Lei nº 12.844/2013, que traz dispositivo sobre o transporte do ouro. A preocupação está na operacionalização desse transporte. O Siste-

ma OCB defende que as cooperativas assumam a coordenação e o monitoramento da produção, dando mais credibilidade ao trabalho. No momento, ainda é aguardado o normativo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para que a lei seja regulamentada. Enquanto isso, José Airton Aguiar de Castro, presidente da Cooperativa de Garimpeiros do Rio Madeira (Coogarima, de Porto Velho/RO), espera ansioso pela mudança defendida pela OCB: “Acho interessantíssimo, pois não temos poder de polícia, então, como resolver?”

O que preocupa José Airton é a venda ilegal do ouro. “Estamos fazendo um estudo para sensibilizar os garimpeiros sobre a importância da destinação da matéria-prima no mercado formal, garantindo, assim, a segurança dos cooperados e o monitoramento da produção do estado”, explica. Atualmente, a Coogarima tem registrados 47 garimpeiros donos de dragas, que são responsáveis pela entrega da produção, dos seus operadores, para a cooperativa. Ao todo, são cerca de 300 operadores. Por sua vez, a Coogarima cuida da comercialização e da distribuição do ouro. “Uma das vantagens oferecidas pela cooperativa é o recolhimento e pagamento dos impostos, inclusive o Imposto de Renda, ou seja, toda a produção é declarada e o garimpeiro tem uma renda fixa, legalizada. Caso não declare, o cooperado passa a ser irregular, correndo o risco de ir para a cadeia ou pagar multas altíssimas”, detalha.

Hoje em dia, todos os ramos do cooperativismo presentes na OCB

têm forte representação no Legislativo e no Executivo. Esse é o fruto de um trabalho conjunto da entidade de representação do setor com as unidades estaduais e as próprias cooperativas, atuação que, no Legislativo, tem apoio da Frencoop e é reforçada pelos conselhos consultivos dos ramos. A cada mês, um relatório aborda as principais ações realizadas no período, contemplando, assim, todos os resultados do ano. O trabalho pode ser conferido em detalhes pelo site www.brasil-cooperativo.coop.br, bem como no Relatório de Atividades da OCB, no qual se comprova que a conquista é de todos. ■



VEJA MAIS NA
REVISTA DIGITAL

ATUAÇÃO DA OCB

Foram realizadas em 2013 oito reuniões com representantes do setor cooperativista nos estados, sete com o governo federal e duas com o relator da matéria, deputado Leonardo Quintão (MG). A OCB acompanhou, ainda, 28 audiências públicas realizadas no Congresso Nacional sobre o novo Código de Mineração.



IC AGRO, mais um braço cooperativista



Índice de Confiança do Agronegócio mostra os resultados do primeiro trimestre do ano, em evento realizado na OCB



Flora Egécia



Buscamos retratar toda a cadeia do agronegócio brasileiro. ”

CAETANO HABERLI,
do Instituto de Pesquisa e Estudos Setoriais (Agro Ipes)

S etor importante da economia brasileira, a agropecuária requer um bem afinado planejamento estratégico. O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, observa que a carência de planos para o agronegócio brasileiro é levantada em todos os fóruns de discussão do setor. Para tanto, avalia, é preciso reforçar a base de dados e o conhecimento do ambiente. A ratificação de tal necessidade resultou no desenvolvimento do Índice de Confiança do Agronegócio (IC AGRO), eficiente indicativo de aferição que, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é apurado a cada trimestre.

Os resultados referentes ao primeiro período deste ano foram apresentados, na sede da OCB, durante concorrido evento que reuniu, além de entidades cooperativistas, representantes de setores públicos e privados, como Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop); Frente Parlamentar da Agropecuária; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Associação

Fotos: Flora Egécia



Começamos, a partir desse índice, a construir uma base de dados que nos dará condições de pensar estrategicamente a agropecuária brasileira e de diagnosticar com maior precisão o universo da agropecuária como um todo. ”

MÁRCIO LOPES DE FREITAS,
presidente do Sistema OCB

Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

O IC AGRO apresenta informações sobre a percepção econômica do Brasil e do agronegócio, do ponto de vista dos produtores agropecuários, cooperativas e indústrias ligadas ao segmento. “Acho que nós começamos, a partir desse índice, a construir uma base de dados que nos dará condições de pensar estrategicamente a agropecuária brasileira e de diagnosticar com maior precisão o universo da agropecuária como um todo”, destacou o presidente do Sistema OCB, na abertura da solenidade de apresentação dos primeiros resultados trimestrais de 2014.

O diretor do Departamento do Agronegócio da Fiesp, Benedito da Silva Ferreira, enfatizou a iniciativa da Federação de elaborar o índice e a importância da parceria firmada com o Sistema OCB para o desenvolvimento desse trabalho: “Logo que começamos a estudar os problemas e as dificuldades relacionadas ao agronegócio, foi percebida a falta de um planejamento estratégico e de uma visão de futuro. Em vir-

tude disso, surgiu a ideia de se criar o Índice de Confiança do Agronegócio, que seria uma forma de medir as expectativas dos diferentes agentes em relação à percepção dos negócios, à situação da economia brasileira e à disponibilidade de crédito, entre outros dados. Para isso, buscamos o apoio da OCB. O resultado desse trabalho só reafirma o grande prazer de ter a OCB como parceira nessa empreitada”.

Quem também destacou a amplitude do IC AGRO foi o secretário de Política Agrícola do Mapa, Senneri Paludo. “Indicadores como esse são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas, pois é de extrema importância entender o que está acontecendo de fato no campo. Informações e dados apurados pelo indicador contribuem diretamente para o aprimoramento da política pública brasileira”, considerou. Para ele, o IC AGRO também pode contribuir para a atuação do governo federal. “Toda política pública que é mais efetiva está baseada em dados e informações; então, quando se trabalha com dados como o Índice de



Fotos: Flora Egécia



Logo que começamos a estudar os problemas e as dificuldades relacionadas ao agronegócio, foi percebida a falta de um planejamento estratégico e de uma visão de futuro. ”

BENEDITO DA SILVA FERREIRA,
diretor do Departamento do Agronegócio da Fiesp

Confiança do Agronegócio, é possível detalhar e distribuir essas informações, prática fundamental para mapear essa política pública tanto por parte do Ministério da Agricultura quanto por parte de outros órgãos do governo federal.”

COOPERATIVISMO

Um registro que chamou a atenção foi o fato de 64% dos produtores agropecuários entrevistados possuírem algum vínculo com o cooperativismo. O presidente do Sistema OCB comemorou: “Esse número mostra uma questão que é tendência: a união de produtores. Produtor isolado encontra cada vez mais dificuldade de sobreviver. Ele precisa se organizar, confiar nos seus vizinhos, criar entidades que deem mais segurança para o grupo, e a cooperativa é a ferramenta a ser utilizada para alcançar essa organização, acessar o mercado, buscar tecnologia, representar-se politicamente. Assim, a cooperativa acaba sendo uma ferramenta muito importante para o produtor, não só em relação à comercialização. Isso é algo muito mais amplo: é o papel da cooperativa como berço da organização social dos produtores”.

Antônio Carlos Costa, gerente do Departamento do Agronegócio da Fiesp, também considerou o alto índice de produtores rurais vinculados às cooperativas como uma forma de sobrevivência. “Acredito que esse percentual se deve a uma necessidade de organização do mercado. É uma notícia importante para o cooperativismo, que



É uma notícia importante para o cooperativismo, que já tem uma presença muito forte na base da produção agrícola e pecuária, e isso só tende a aumentar. ”

ANTÔNIO CARLOS COSTA,
gerente do Departamento do Agronegócio da Fiesp



Flora Egécia



O índice tem o poder de conseguir antecipar movimentos no mercado e de favorecer o planejamento. ”

DOUGLAS NAKAZONE,
sócio da Agroconsult

já tem uma presença muito forte na base da produção agrícola e pecuária, e isso só tende a aumentar. Ao negociar em conjunto, fazer compras em conjunto, com pacotes tecnológicos que as cooperativas oferecem, o produtor ganha uma condição de competitividade muito maior, principalmente no caso do pequeno e do médio produtor”, explicou.

PARCEIROS

Além das equipes técnicas da OCB e da Fiesp, outros parceiros contribuíram para a elaboração do IC Agro. O Instituto de Pesquisa e Estudos Setoriais Ltda. (Agro Ipes, de Santa Catarina), por exemplo, entrevistou 1.500 produtores rurais e representantes de 40 indústrias, universo em que 645 respostas se mostraram favoráveis para compor o IC Agro. “Com isso, buscamos retratar toda a cadeia do agronegócio brasileiro”, relatou um dos sócios do Agro Ipes, Caetano Haberli.

Outra participação importante para a elaboração do IC Agro foi da Agroconsult, empresa de consulto-

ria especializada em agronegócios, com sede no Rio de Janeiro. Seu sócio Douglas Nakazone, presente ao evento, avaliou: “O índice tem o poder de conseguir antecipar movimentos no mercado e de favorecer o planejamento não só do produtor agrícola, mas também da indústria. Com isso, consegue-se melhorar o nível de informação de toda a cadeia e elaborar um planejamento melhor tanto do produtor quanto da indústria”. As pesquisas realizadas pela empresa, apontou ele, demonstraram que a confiança dos agricultores na economia brasileira diminuiu - fato registrado no IC Agro, que confirmou baixa posição no quesito.

Também apoiam esse trabalho a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef). Assim, a iniciativa de desenvolver o IC Agro revela-se pioneira no sentido de olhar o agronegócio de maneira integrada, buscando reunir dados de todos os elos da cadeia. A próxima divulgação do índice está prevista para agosto.

Os dados do IC Agro podem ser acessados, na íntegra, pelo endereço eletrônico: www.icagro.com.br. ■





Cooperativismo fortalece os laços com a educação

Divulgação



Entrei no curso por curiosidade, mas nas aulas práticas logo me identifiquei com o varejo. ”

LUCAS CARVALHO,
da segunda turma da Certaja (RS)

Era uma vez uma escola com 1.300 alunos da educação infantil ao ensino médio, pertencente à maior cooperativa de seu estado. Pais e professores, seus associados, planejavam oferecer também educação superior e cursos profissionalizantes. Para isso era preciso obter um empréstimo, mas só se encontravam portas fechadas. Essa história, que conta a situação da Coperil, do município de Irecê (BA), ainda não terminou. Entretanto, um caminho para o final feliz pode estar em construção. Elaborado pelo Sistema OCB, o Diagnóstico do Ramo Educacional está reunindo informações sobre as cooperativas do ramo em busca de soluções e propostas para municiar a atuação do Sistema diante do poder público, abrindo mais possibilidades de crédito, entre outras oportunidades.

Com o diagnóstico, atualmente em fase de compilação dos dados recebidos, a OCB terá embasamento para sugerir políticas públicas e



Diagnóstico do Ramo Educacional surge como um importante instrumento para buscar soluções e propostas que ampliem a atuação da OCB junto ao poder público



ações que melhorem e deem visibilidade ao Ramo Educacional. “O diagnóstico foi concebido com o objetivo de levantar informações, visando subsidiar ações junto ao governo federal, em especial ao MEC”, detalha Clara Maffia, gerente Técnica e Econômica da entidade. “O Diagnóstico do Ramo Educacional é considerado um piloto na OCB. Outros ramos têm se interessado por essa ferramenta, com o mesmo objetivo: verificar como estão as cooperativas com relação a questões específicas.” Entre as medidas práticas planejadas, podem-se listar a negociação de projetos de lei no Congresso, a participação em empreendimentos existentes ou a sugestão de algo novo.

A iniciativa surgiu de uma proposta dos representantes que compõem o Conselho Consultivo do Ramo Educacional. A pesquisa, iniciada no fim de 2013, foi dividida em duas etapas, ambas com questionários on-line. A primeira fase, já concluída, listou questões gerais sobre o tamanho e a área de atuação das cooperativas. A seguir, as perguntas se voltaram aos objetivos específicos do diagnóstico - o que incluiu itens como ingressos, patrimônio e custo por aluno. As respostas encaminhadas até o prazo estabelecido (16 de maio) estão sendo organizadas e analisadas para gerar o relatório conclusivo.

Na primeira etapa da pesquisa, apurou-se que 72% das cooperativas educacionais têm entre 10 e 24 anos de existência, o que significa que a maioria já está consolidada. Dessas, 83% possuem uma escola, o que revela uma infraestrutura que

necessita de eventuais ampliações e manutenção - sem falar que o espaço da escola pode ser aproveitado de diferentes formas para gerar renda aos associados e melhorias para os alunos, por meio de eventos e aluguel de espaço. Em ingressos (entrada de recursos), 78,7% registraram até R\$ 2,4 milhões, cifra que as torna equivalentes às micro e pequenas empresas, em termos de faturamento.

Ainda de acordo com esse primeiro levantamento, as cooperativas educacionais se mostraram formadas por professores (46,6%), pais (21,9%), pais e professores (14,1%) e alunos (7,1%). O total não chega a 100%, pois algumas participantes não responderam a essa questão ou indicaram outra forma de organização. A maioria é composta por profissionais que oferecem serviços de ensino e/ou que, em parceria com pais e familiares, buscam melhores condições de ensino e remuneração. As cooperativas formadas por alunos geralmente estão ligadas a processos de aprendizagem. Um bom exemplo são as escolas técnicas agrícolas, nas quais a instituição é um instrumento para comercializar os produtos gerados no processo.

PERFIL

Afinal, como funcionam e de que forma as cooperativas educacionais atendem seus associados? Por que é tão difícil obter financiamento? “A maior dificuldade que enfrentamos, assim como as cooperativas de modo geral, é o acesso ao crédito nos agentes financeiros”, as-



72%

das cooperativas educacionais têm entre 10 e 24 anos de fundação



83%

têm uma escola



77%

das cooperativas apresentam movimentação anual de até R\$ 2,4 milhões

COMPOSIÇÃO



46,6%

percentual de professores



21,9% pais



14,1%

pais e professores



7,1% alunos

signala a presidente do Conselho de Administração da Coperil, Alaerte Antônia, que vem discutindo com os integrantes do colegiado a criação de uma faculdade cooperativista e a instalação de cursos técnicos profissionalizantes. “Ficamos engessados e sem condição de crescer mais. Esbarra-se, porém, na dificuldade de acesso ao crédito, pois todos esses sonhos têm custos que não temos como suprir com recursos próprios.”

O diretor-presidente da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais em Educação do Rio Grande do Sul (Coeducars), Ricardo Lermen, relata enfrentar barreiras semelhantes. Por não ser uma escola e seus profissionais atuarem em projetos avulsos, a necessidade de expansão consiste na busca por novos mercados. “Encontramos sérias dificuldades na obtenção de financiamento, pois as garantias, em geral, recaem sobre os associados e não na cooperativa. Muitas vezes são os gestores que devem garantir um financiamento e, quando eles mudam, as garantias dadas permanecem. Acredito que isso deva mudar. A cooperativa, como instituição, deveria ser a garantidora de financiamentos”, opina.

No interior do estado do Rio, a solução encontrada pela Cooperativa Educacional de Resende (Coopere) foi o autofinanciamento. Formada por professores que administram a Escola Um, a instituição iniciou o projeto em um prédio alugado. Anos depois, foi preciso se mudar para um galpão adaptado, até que o então presidente, Mauro Mariante Silva, e sua esposa, Mila



Coopere Resende

Mariante, lançaram a meta de construir uma sede própria, inaugurada em 1993. Para isso, um percentual da remuneração dos cooperados era descontado e direcionado à obra, que durou quase sete anos. “No mês de janeiro, abríamos mão do pagamento”, lembra Maria Ivoide Pereira Bezerra, diretora-presidente da cooperativa.

Em alguns casos, a necessidade de financiamento pode ser suprida com auxílio da intercooperação. Para construir uma nova sede, inaugurada em 2013, a Cooperativa dos Profissionais de Educação do Município de Sinop (Coopersino), em Mato Grosso, obteve um empréstimo na Unicred. O montante se somou aos recursos investidos e integralizados pelos associados, dando o aporte financeiro necessário para que se erguesse a escola. “Investimos ainda em mobiliário, equipamentos tecnológicos e no mais valioso dos nossos patrimônios: nossos colaboradores e associados, para que, cooperando uns com os outros, possamos refletir nossos princípios e valores”, comenta José Arnaldo dos Santos, presidente da cooperativa.



Fotos: Divulgação

Espaços Coperil



Certaja



Professora Sueli, da Coeducars - Aprendiz Cooperativo

EXPECTATIVAS

Na Coperil, Alaerte espera que as esferas públicas conheçam melhor as cooperativas educacionais após o resultado do diagnóstico. “Assim saberão quem somos e como podemos ajudar a melhorar os índices educacionais. Prestamos serviços de qualidade com preços acessíveis, sem enriquecimento de indivíduos. Todos os que fazem parte do processo têm um ganho econômico proporcional”, destaca a gestora.

Lermen, da Coeducars, reforça: “O diagnóstico vai trazer importantes informações com possibilidade de serem utilizadas para criar novas políticas públicas que poderão auxiliar a cooperativa em sua atividade fim. Os dados apurados serão foco de análise que nos auxiliarão a melhor centrar nossas ações junto a diversas esferas governamentais”.

Na Coopersino, o presidente enumera algumas das necessidades atuais: “Recursos humanos especializados em cooperativismo, linha de crédito acessível e desburocratizado para investimentos em equipamentos tecnológicos, ampliação, material didático, mobiliário e acesso a linha de crédito no BNDES”. ■



Prestamos serviços de qualidade com preços acessíveis, sem enriquecimento de indivíduos. Todos os que fazem parte do processo têm um ganho econômico proporcional. ”

ALAERTE ANTÔNIA,
gestora da Coperil



VEJA MAIS NA
REVISTA DIGITAL



De pai para filhos

A partir da filosofia de compartilhar conhecimentos, Mário Lanznaster, presidente da Aurora Alimentos, multiplicou divisas para a cooperativa e aprimorou a formação dos filhos

Dos quatro filhos de Mário Lanznaster, 74 anos, presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos, sediada em Chapecó, Santa Catarina, apenas a advogada Juliana Lanznaster Wink, 36, não seguiu a experiência paterna. Márcia Cristie Lanznaster de Oliveira, 43, empresária e engenheira de alimentos, e Fernando Mário Lanznaster, 39, administrador da mesma área, trabalham na granja de suínos da família. À frente do negócio mantido há anos pelo patriarca, está o agrônomo Fabiano Mário Lanznaster, 41. Ao menos uma vez por semana, os quatro almoçam juntos para trocar experiências e falar de negócios.

“Aprendemos com ele que temos de trabalhar com muita honestidade e não devemos desanimar nunca, principalmente na área de suinocultura, que sempre passa por altos e baixos. Sem ele, nós três já teríamos desistido”, comenta Fabiano. Outro ensinamento valioso de Mário Lanznaster é o da palavra empenhada: “Aprendemos que, após falar algo, temos de cumprir, mesmo se não for o melhor para nós”.

Da produção no negócio da família, 80% são comercializados entre o setor cooperativista. “As cooperativas são muito importantes, porque dessa forma a gente tem a garantia de guardar e de comercializar o produto”, destaca o administrador. “Se a cooperativa é do produtor, o que o senhor Mário nos deixou de mais importante no campo profissional foi o trabalho pelo cooperativismo.”



O capitalismo gera, mas concentra. O socialismo gasta, mas não sabe produzir. O cooperativismo sabe produzir e não concentra; sabe distribuir, gastar. ”





APRENDIZAGEM

Logo que deixou a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde se formou em agronomia em 1967, Lanznaster foi aprovado em um teste para a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) - então Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc). Mudou-se para Modelo (SC) e começou a trajetória rumo ao cooperativismo, caminho jamais abandonado.

Nem sempre o trabalho de instruir os produtores foi tarefa fácil. Em dada ocasião, para convencer os agricultores a utilizar outro tipo de plantio de milho, ele precisou fazer lavouras demonstrativas para provar que o novo método aumentaria significativamente a quantidade de milho colhido por metro quadrado. "Tudo o que se compartilha se multiplica", diz, evocando citação do papa Francisco. "Você tem que compartilhar com o produtor rural, com o técnico, o seu conhecimento."

Para chegar a tal sabedoria, Lanznaster - natural de Presidente Getúlio, no vale do Itajaí (atual Dona Emma) - trilhou um caminho de muita dedicação. Seus estudos iniciais foram em seminários, primeiramente no município de Salete, depois em Azambuja. Permaneceu seminarista dos 12 aos 19 anos. Após formar-se em agronomia e concluir o trabalho na cidade de Modelo, chegou a Chapecó, em 1969, por meio de uma transferência via Epagri (então Acaresc). Foi essa a porta que, tempos depois, o levou à Aurora Alimentos, sediada no município e fundada na-

Arquivo Pessoal



Lanznaster, aos 18 anos, no Seminário dos Padres Seculares, Brusque (SC) - 1958

quele mesmo ano por um grupo de 18 representantes de oito cooperativas do oeste de Santa Catarina.

COOPERATIVISMO

Transcorrido um ano de sua chegada a Chapecó, Mário Lanznaster foi indicado a coordenador regional de suinocultura, atuando em todo o oeste de Santa Catarina até 1974, época em que foi convidado a ingressar na Aurora Alimentos como assessor técnico, sendo contratado para criar e organizar o setor de suinocultura. Em 1987, deixou a instituição, assumindo a diretoria industrial da Cooperalfa - fusão das cooperativas Chapecó e Xaxim ocorrida em 1974 sob a coordenação de Aury Luiz Bodanese, que esteve à frente da criação da Aurora Alimentos, da qual a Cooperalfa faz parte até os dias de hoje. "Cheguei à Cooperalfa para futuramente substituir Aury na presidência." O cargo foi assumido em 1997.

Paralelamente à presidência da Cooperalfa, em 2002 Lanznaster tornou-se vice-presidente da Aurora Alimentos, passando a presiden-

te em 2006. Permaneceu nas duas cooperativas até 2008, quando saiu da Cooperalfa e ficou apenas na Aurora, onde está em seu segundo mandato, com término previsto para o fim deste ano.

A trajetória do produtor e administrador, enfim, encontra-se intimamente ligada à da Aurora. Há 26 anos, Lanznaster coordenou a construção do frigorífico de aves de propriedade da cooperativa, em Maravilha (SC). "Temos a mesma tecnologia de produção de campo de qualquer organização nacional e não devemos nada para as internacionais, tanto na produção e no beneficiamento do leite quanto em aves e suínos", ressalta. "A prática foi muito importante, porque sabem que não adianta enrolar, que a gente entende do assunto."

COMPARTILHAR

Suinocultor há mais de 40 anos, acumulando conhecimento tanto no campo quanto no manuseio e no preparo dos produtos, Lanznaster é fonte de informações práticas e técnicas. É com esse compartilhamen-



Temos a mesma tecnologia de produção de campo de qualquer organização nacional e não devemos nada para as internacionais, tanto na produção e no beneficiamento do leite quanto em aves e suínos. ”

to de informações e experiências que o presidente da Aurora Alimentos fez da frase do papa Francisco o lema da cooperativa.

Mais que um lema, a citação é afirmada e demonstrada em números. O sistema cooperativista vinculado à Aurora tem 500 técnicos no campo, entre agrônomos, zootecnistas, veterinários e técnicos agrícolas, supervisionados e orientados por equipes da instituição. “É importante atender às exigências do mercado, por isso todas essas cooperativas têm no campo, junto ao produtor, um acompanhamento de qualidade, fazendo do produtor um empresário constantemente atualizado”, explica Lanznaster.

Cursos sobre manejo do leite, qualidade da ração, gestão empresarial, entre outros, são ministrados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). “O objetivo é fazer com que tenham mais amor à propriedade”, esclarece o presidente da Aurora, cooperativa que, em 2013,

investiu maciçamente em treinamento: 12 mil horas no de técnicos e produtores, 440 mil horas no do pessoal operacional de fábrica (média de 20 horas para cada funcionário), 40 mil horas no das gerências e 28 mil horas no de técnicos de frigorífico. “É daí que sai a produção de qualidade”, afirma.

PALAVRA EMPENHADA

Além do trabalho com o produtor, há a preocupação com os funcionários, para os quais foi criada a Fundação Aury Luiz Bodanese, que apoia os filhos dos empregados e as comunidades onde a Aurora tem frigorífico. A fundação oferece atividades e espaços de lazer, oportunidades de estudo e realiza palestras, além de oferecer serviços de saúde. São atendidas mais de 100 mil pessoas. “O funcionário trabalha com mais amor e carinho”, enfatiza.

Mário Lanznaster é movido pelo espírito do cooperativismo, que une os lados humano e capital. Com uma memória impecável e sem vontade nenhuma de parar de trabalhar, viaja o mundo pela Aurora Alimentos pesquisando novas tecnologias e estudando sobre o cooperativismo. Para ele, as cooperativas vão se consolidar cada vez mais: “O capitalismo gera, mas concentra. O socialismo gasta, mas não sabe produzir. O cooperativismo sabe produzir e não concentra; sabe distribuir, gastar”, ensina Lanznaster a seus filhos, aos leitores e aos produtores agropecuários. ■

Acervo Pessoal



Mário e a mulher, Edirce (C), entre os filhos, Juliana, Fernando, Fabiano e Márcia: família unida



VEJA MAIS
NA REVISTA DIGITAL



O futuro é feito agora

Planejamento estratégico sistêmico será fundamental para melhor atendimento às demandas das cooperativas



O objetivo é fazer com que não só os dirigentes, mas cada colaborador do Sistema OCB entenda a importância do planejamento estratégico.

MÁRCIO LOPES DE FREITAS,
presidente do Sistema OCB

Segmento que não para de crescer e ganhar destaque no cenário do desenvolvimento nacional, o cooperativismo precisa ancorar suas ações a uma dinâmica de planejamento constantemente atualizada, focada na meta de atender aos interesses de uma categoria que, cada vez mais, amplia sua representatividade. O Sistema OCB, explica seu presidente, Márcio Lopes de Freitas, atua pautado nesta orientação. “O objetivo é fazer com que não só os dirigentes, mas cada colaborador do Sistema OCB entenda a importância do planejamento estratégico, de olhar para o futuro e saber para onde direcionar e avaliar suas ações, a fim de guiar as cooperativas para os resultados desejados”, resume.

A adoção de um planejamento sistêmico se deu após uma reorganização do Sistema OCB, no ano passado. Segundo o dirigente, até então, a OCB, o SESCOOP e a Confederação Nacional das Cooperativas (Cncoop) atuavam sem explorar todo o potencial de sinergia, pois as duas primeiras instituições possuíam planos estratégicos específicos, construídos em momentos diferentes. “Agora, temos uma única área que cuida do planejamento e do orçamento da OCB, dos projetos do Fundo Solidário do Desenvolvimento Cooperativo (Fundecoop), do planejamento e do orçamento do SESCOOP, da CNCOOP e, além disso, coordena o planejamento estratégico da Casa como um todo. Hoje, olhamos a Casa como um sistema único”, explica.



Em 2012, modificações no estatuto da OCB alteraram o modelo de atuação, que passou a ser definido pela diretoria, formada por cinco presidentes de unidades estaduais representantes de cada região. “Após essa alteração, os dirigentes regionais puderam sugerir, de forma mais efetiva, aperfeiçoamentos nos planos de trabalho, em prol de uma atuação mais sistêmica”, conta Freitas.

FÓRUNS

Os primeiros fóruns a partir da nova governança foram realizados entre o fim de 2012 e o início de 2013, em Manaus, Fortaleza, Curitiba, São Paulo e Campo Grande. Dessas reuniões participaram presidentes, superintendentes, dirigentes e integrantes da equipe técnica da OCB. Esses cinco primeiros fóruns reuniram 158 pessoas que

propuseram 363 iniciativas. Com o apoio da equipe de planejamento do Sistema OCB, as propostas foram agrupadas em 18 temas estratégicos, entre os quais se destacam Comunicação, Monitoramento, Jurídico, Planejamento estratégico, Financiamento e Gestão. Os encontros ajudaram a identificar demandas que foram organizadas, priorizadas e pactuadas.

Como produto desses primeiros encontros, foram destacadas 37 prioridades, estruturadas com seus respectivos responsáveis e indicadores. “Com os fóruns, entramos em outra dimensão de gestão da estratégia”, informa o gerente de Planejamento do Sistema OCB, Emanuel Malta. “Agora nós não vamos lá apenas para ouvir as demandas. Este é o momento de acompanhar o andamento das execuções das prioridades.”

A partir dos subsídios fornecidos pela nova diretoria e pelos re-



O importante de todas essas reformulações foi a oportunidade de resgatar tudo o que já havia sido feito em relação à parte estratégica e de planejamento dentro do Sistema OCB. ”

EMANUEL MALTA,
gerente de Planejamento
do Sistema OCB



sultados dos fóruns, surgiu a ideia de estruturar o plano estratégico sistêmico, já que os planos da OCB e do Sescop tinham como horizonte o ano de 2013. Ambos os planejamentos, entre outros insumos, servirão de base para as ações formuladas para o período de 2015 a 2020. “O importante de todas essas reformulações foi a oportunidade de resgatar tudo o que já havia sido feito em relação à parte estratégica e de planejamento dentro do Sistema OCB”, diz Malta. “Estudar e analisar os aprendizados adquiridos no XIII Congresso Brasileiro de Cooperativismo, nos fóruns e nas discussões da diretoria reforça a ideia de que trabalhar de uma forma sistêmica, harmônica e integrada só traz ganhos para os cooperados, empregados, familiares e para a comunidade.”

REALINHAMENTO

Com a nova diretoria, houve também o adensamento das ações realizadas pelos conselhos consultivos dos ramos. As reuniões periódicas, com a participação de diretores, se diferem dos encontros realizados anteriormente, que tinham foco mais generalizado: agora, são pautadas com a mira direcionada a cada eixo prioritário estadual, com vigência para os próximos quatro anos. “Essa retomada serviu para o fortalecimento de ramos como Transporte, Educacional e Turismo e para consolidar outros, como Serviços Financeiros e Saúde”, comemora o gerente de Planejamento da OCB. “Paralelamente a tudo isso, trazemos os diri-



A gestão estratégica vem para dar vida ao que está sendo planejado, adaptando-se às diferentes realidades estaduais, porém não deixando de ter uma visão global do sistema. ”

CARLOS ANDRÉ SANTOS DE OLIVEIRA,
superintendente do Sistema OCB/ES

gentes dos ramos que fazem parte dos conselhos. Aqui, eles encontram mais oportunidades de apresentar sugestões da base e discutir os planos de ações dos conselhos consultivos que foram elaborados com a contribuição da gerência.”

Uma das ações futuras do Sistema OCB é a estruturação da rede de planejamento, formada por técnicos das unidades estaduais. A rede contará com uma visão estruturada de capacitação presencial, visando nivelar os conceitos de estratégia, planejamento, gestão de projetos e gestão de planos estratégicos. Três pessoas de cada estado serão capacitadas para desenvolver o plano, de acordo com as necessidades regionais. A primeira turma terá a participação de pelo menos um técnico de cada unidade estadual.

“Com o plano sistêmico, daremos um novo salto na gestão da estratégia, com foco em resultados”, adianta Malta. “Os planos de trabalho para 2015 das três casas já serão estruturados com objetivos estratégicos, linhas de ação, indicadores e metas definidos neste novo plano, que tem a visão para 2025.”



Não tenho dúvida de que a gestão estratégica é hoje um dos principais desafios de gestores, em todas as organizações. ”

CELSO RAMOS RÉGIS,

diretor da OCB e presidente do Sistema OCB/MS

VISÃO GLOBAL

Organizações devem estar sempre sintonizadas com o futuro, avaliando resultados e estabelecendo planos e metas a serem atingidos em determinado período de tempo. É o que defende o diretor da OCB e presidente do Sistema OCB/MS, Celso Ramos Régis: “As exigências do mercado, cada vez mais competitivo, aumentam a necessidade de um gerenciamento focado numa gestão estratégica contínua. É isso que estamos construindo: um movimento sinérgico, promovendo o reconhecimento dessa extraordinária ferramenta para alcançar o sucesso.”

Compartilhar estratégias definidas pelo sistema cooperativo é fundamental, lembra Cergio Tecchio, membro do Conselho de Administração da unidade nacional do Sescop e presidente do Sistema OCB/BA. Ampliar a participação, destaca, é o melhor caminho. “No cooperativismo, muitas vezes, somos muito operacionais e queremos mostrar resultados a curtíssimo prazo”, observa. “Com isso, nos esquecemos de questões mais amplas e de execução de longo prazo, perdendo,

assim, uma visão de conquista de novos adeptos do cooperativismo e a chance de conseguir ampliar a participação no mercado. Hoje estamos discutindo justamente o futuro do cooperativismo, como modelo social e econômico. Nossa intenção é que mais cooperativas e dirigentes possam participar.”

O superintendente do Sistema OCB/ES, Carlos André Santos de Oliveira, reforça a linha de raciocínio de Tecchio: “É importante salientar que de nada vai adiantar ter um plano estratégico bem formulado caso ele não seja trabalhado de forma sistêmica, seja em nível das unidades estaduais ou de toda a federação. A gestão estratégica vem para dar vida ao que está sendo planejado, adaptando-se às diferentes realidades estaduais, porém não deixando de ter uma visão global do sistema”.

Assim como Cergio Tecchio, o dirigente capixaba ressalta que é necessária a dedicação de todos os envolvidos, com mensuração sistemática e rotineira. Do contrário, adverte, o planejamento estará fadado ao descaso e ao esquecimento na ordem de prioridades. ■



Hoje estamos discutindo justamente o futuro do cooperativismo, como modelo social e econômico. Nossa intenção é que mais cooperativas e dirigentes possam participar. ”

CERGIO TECCHIO,

conselheiro do Sescop e presidente do Sistema OCB/BA



Feira Internacional do Cooperativismo reuniu lideranças nacionais e internacionais e reforçou a importância das cooperativas na promoção da qualidade de vida mundial

EXPOCOOP

Cooperar, a melhor alternativa

No ano da Copa, o Brasil também atraiu olhares do mundo inteiro sobre um dos melhores modelos de organização econômica: o cooperativismo. Foi o que ficou patente durante a Expocoop, a Feira Internacional do Cooperativismo, evento que, apoiado pelo Sistema OCB e pelo Sistema Ocepar, reuniu, durante três dias, 170 exposi-

res brasileiros e 50 de outros países. Realizada a cada dois anos, a feira já passou pela Índia, pela Inglaterra e por Portugal, e teve Curitiba como palco desta edição. A média de visitantes foi de 4 mil.

A importância do movimento cooperativista na economia global foi o tema central da Expocoop 2014, que abriu novas oportunidades de negócios com mercados do

mundo inteiro, criando parcerias e estreitando contatos. Além da mostra e comercialização de produtos de diversas cooperativas - do Brasil e de 15 outros países -, a exposição contou com painéis e debates em torno de temas de interesse de toda a categoria, como as principais tendências do cooperativismo no mundo.

Entre os tópicos mais concor-

Divulgação





ridos, destacaram-se os do IV Encontro das Cooperativas dos Países do Brics, aberto pela presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), Dame Pauline Green. Juntos, os países que formam o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) somam cerca de 1 milhão de cooperativas e 600 milhões de cooperados - o que equivale a dizer que 50% dos membros de cooperativas de todo o mundo estejam concentrados nesses países em desenvolvimento.

Durante o encontro, Pauline Green demonstrou entusiasmo com o movimento cooperativista registrado no Paraná, estado que, com 231 cooperativas vinculadas

ao Sistema Ocepar (Sindicato e Organização das Cooperativas do Paraná), tem 30% da população ligada direta ou indiretamente ao segmento. “Eu me encantei com a grandeza do trabalho realizado pelo cooperativismo nesta região do Brasil”, disse a líder. “Aprendi muito e vou poder levar para outros países o sucesso do modelo que encontrei aqui. Para nós, que estamos envolvidos com o cooperativismo em âmbito mundial, é muito importante ter esta oportunidade de saber o que está acontecendo na base. Assim, temos mais condições de conduzir as ações globalmente, tendo a certeza de que elas es-

tão afinadas com as necessidades locais e regionais.”

EXPANSÃO

A constatação da força do segmento cooperativista paranaense e, no panorama brasileiro, que registra expressiva participação no setor de exportações, reforçou a convicção da presidente da ACI de que, cada vez mais, é preciso estender a cooperação com outros países. “Temos que ampliar as negociações entre cooperativas e reduzir os intermediários, que ainda ficam com boa parte dos lucros nessas operações”, declarou.



O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, endossou o engajamento da representante maior da ACI. Na abertura do evento, ele destacou: “Aqui está a legitimidade do cooperativismo brasileiro. Estou muito orgulhoso desta feira, que mostra que podemos, sim, ser muito mais do que parecemos ser”. Ele lembrou que “o Brasil é referência quando se fala em força do cooperativismo”.

Desafios não faltam para que esse panorama positivo continue a crescer. Em entrevista à Radioweb, o superintendente do Sistema OCB, Renato Nobile, ressaltou: “Grande parte da sociedade, nos centros urbanos, ainda conhece pouco a prática cooperativista. Na região Sul, já se tornou uma prática do dia a dia no interior, mas, nos grandes centros, o cooperativismo ainda é pouco conhecido”. Nobile destacou que “o cooperativismo propicia o conhecimento e o interrelacionamento, que é o princípio da intercooperação”.

Um dos palestrantes do Seminário Internacional de Mercado Cooperativo - outro evento paralelo à feira -, José Luiz Tejon, consultor em gestão comercial e agronegócio e diretor do grupo O Estado de São Paulo, também abordou a necessidade de ampliar a ação cooperativista tanto no Brasil quanto em nível internacional. Lembrou que, em muitas cidades, apesar de produzirem itens de excelência, as cooperativas ainda não dominam o mercado local. “Vejo o cooperativismo como a única alternativa de vida saudável no planeta, nos próximos anos. É esse movimento de



O mundo vive uma velocidade alucinante de desenvolvimento, e o Brasil não pode perder as oportunidades. ”

MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES,
presidente da Embrapa



Representantes das cooperativas no estande Ocepar

“... pessoas que vai garantir a qualidade de vida e a igualdade social.”

Para Tejon, o mercado atual sinaliza boas perspectivas ao setor, na medida em que as cooperativas apresentam potencial competitivo. “Elas têm confiabilidade, competência e acessibilidade”, frisou. Por isso mesmo, ele acredita que, cada vez mais, o cooperativismo deve se superar, a fim de equiparar-se às marcas reconhecidas mundialmente. E citou um exemplo: “A Coca-Cola vende 1 bilhão de litros por dia, mas ela não comercializa o refrigerante - ela comercializa felicidade. E as cooperativas podem fazer isso, pois está na natureza delas ser prósperas, já que todos trabalham em prol de todos”.

Fotos: Divulgação



Maurício Lopes, presidente da Embrapa, faz palestra magna no Seminário Internacional de Mercado Cooperativo

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Outro evento importante realizado durante a Expocoop foi o II Fórum Nacional de Presidentes, Superintendentes e Dirigentes do Sistema OCB. Os debates giraram em torno do planejamento estratégico sistêmico, que, em fase de elaboração, permite compartilhar as discussões de todos os fóruns regionais. “É um espaço para podermos afinar as nossas violas, de todas as partes do Brasil, para tocar uma única música: a música do cooperativismo”, resumiu Márcio Lopes de Freitas, que compôs o fórum junto a lideranças cooperativistas de todas as regiões do país.

Estreitar laços com o cooperativismo mundial é uma atitude apontada como consenso pelos participantes do fórum. Para tanto, sinalizaram os debates, é pre-

ciso permanente intercâmbio. “O bom gestor tem de estar antenado ao que acontece lá fora, para poder se antecipar e agir no sentido de influenciar esse ambiente externo”, disse o presidente da Macroplan, Claudio Porto. Ele lembrou que, periodicamente, grandes mudanças sempre ocorrem nas esferas nacional e mundial.

Realizado pelo Sistema OCB, o Seminário Internacional de Mercado Cooperativo reforçou a necessidade de aprimorar o planejamento em amplitude universal, ao abordar tendências, oportunidades e desafios do cooperativismo. “O mundo vive uma velocidade alucinante de desenvolvimento, e o Brasil não pode perder as oportunidades”, afirmou o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, na abertura do seminário. “A sociedade e as organizações precisam manter-se constantemente como aprendizes,



1 milhão

Número de cooperativas presentes nos países que formam o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

600 milhões

Estimativa dos membros de cooperativas do Brics, o que equivale a 50% de todos os integrantes de instituições cooperativistas do mundo

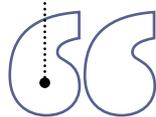


porque hoje nós reagimos muito à inoperância. O que estamos propondo é isso: planejar mais e reagir menos. Por falta de ter um olhar maior para o futuro, de nos antecermos aos desafios e às oportunidades, temos a tendência de ficar mais reagindo do que nos planejando para um futuro muito desafiador”, advertiu.

PRESENÇA FEMININA

A participação da mulher no cooperativismo mundial foi destaque durante a Expocoop 2014. Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getulio Vargas e embaixador especial da FAO para o Cooperativismo Mundial, abordou a importância da atuação feminina no setor. Durante a palestra que proferiu sobre o tema “CooperGênero: uma década”, ele enfatizou: “O papel das mulheres é fundamental, porque são elas que comandam a economia de verdade naquilo que é fundamental, que é a casa da gente. Penso que a mulher tem as mesmas condições que o homem de vencer em qualquer atividade econômica, política ou social. Mas, como a mulher tem a responsabilidade pela preservação da espécie, ela é muito mais competente em preservar aquilo que conquistou. Então, quero mais mulheres no cooperativismo, para que o movimento tenha a preservação desses ganhos fundamentais”.

A Expocoop registrou a presença de várias lideranças expressivas do segmento, como a presidente da Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru/AM (Coomapem), Elia-



Aqui está a legitimidade do cooperativismo brasileiro. Estou muito orgulhoso desta feira, que mostra que podemos, sim, ser muito mais do que parecemos ser. ”

MÁRCIO LOPES DE FREITAS,
presidente do Sistema OCB

na Medeiro do Carmo; a superintendente do Sistema OCB/PE, Cleonice Barbosa; e a agente de Desenvolvimento Humano da Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (Coapa), Maria Silvana Ramos. Silvana falou sobre o programa CooperGênero, dedicado a treinamentos de geração de trabalho e renda direcionados às mulheres, e detalhou as atividades do Núcleo Feminino da Coapa, criado em 2007. “O nosso núcleo não tem caráter social, mas profissionalizante e educativo”, explicou. “É quase uma incubadora, capacitando e dando noções e valores de cooperativismo às mulheres que nos cercam, e isso é bom no sentido de promover o cooperativismo.”

A participação feminina também foi endossada durante o IV Encontro das Cooperativas dos Países dos Brics. Dalip Sing, secretário adicional para o Cooperativismo do Ministério da Agricultura da Índia – país com 600 mil cooperativas e 240 milhões de cooperados –, destacou: “Precisamos popularizar o modelo do cooperativismo de negócios sustentáveis, atraindo mais mulheres e jovens para o movimento”.

BOA IMAGEM

Em todos os fóruns e seminários, o consenso foi de que, mesmo despontando com potencial crescente no panorama mundial, o cooperativismo deve ampliar sua atuação. A ação das cooperativas é instrumento de extrema importância para as relações comerciais, principalmente num momento em que o Brasil desfruta de boa ima-



Aprendi muito e vou poder levar para outros países o sucesso do modelo que encontrei aqui. ”

PAULINE GREEN,
presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

gem em termos de negócios. Foi o que lembrou Marcos Soares, representante da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). “Já temos um envolvimento com as cooperativas, mas ainda tímido, e penso que esse relacionamento pode ser muito melhor”, manifestou.

Soares avaliou como ainda muito limitada a cultura exportadora do Brasil. Citou, entre os fatores que acentuam essa dificuldade, as concentrações geográficas que interferem no processo, a infraestrutura deficiente em vários locais e o nível insuficiente de recursos financeiros destinados a empresas de pequeno porte, além da escassez de informações sobre o mercado internacional. “Esta é uma limitação estratégica a ser superada”, pontuou.

Intercâmbio e cooperação permanentemente aprimorados, en-

fim, foram citados como fatores primordiais para promover a qualidade de vida por meio do cooperativismo. Analisando os debates e as trocas de experiência durante a Expocoop, o vice-presidente da OCB/PE para o Ramo Agropecuário, Elenildo Arraes, resumiu: “Vimos experiências que servirão de modelo para todos nós. Foi importante ver o cooperativismo em países diferentes, mas que apresentam o mesmo foco. Para a nossa realidade, é muito incentivador. Se algumas alternativas dão certo no Sul, por exemplo, podem dar certo no Nordeste também, de acordo com nossas potencialidades. O mais importante é aproveitar as oportunidades existentes”. No último dia do evento, uma ação que espelha o perfil do cooperativismo marcou presença: a doação de duas toneladas de produtos à



Quero mais mulheres no cooperativismo, para que o movimento tenha a preservação desses ganhos fundamentais. ”

ROBERTO RODRIGUES,
coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e embaixador especial da FAO para o Cooperativismo Mundial

Obra Social Santo Aníbal, entidade paranaense que atende um público carente de seis a 14 anos. “Recebemos uma bênção de Deus”, agradeceu o padre Sinval Soares, coordenador da entidade.

Ao final, contabilizou-se um evento proveitoso para todos os envolvidos. O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, reforçou o fato de a escolha do local ter sido Curitiba: “Em 2013, as cooperativas do Paraná cresceram 19% em movimentação econômica. Isso expressa muito bem a importância do cooperativismo no Paraná, pois 18% do Produto Interno Bruto do Estado passam pelas cooperativas paranaenses”. No Brasil inteiro, o cooperativismo conquista espaço. Conforme enfatizou o superintendente da Coapa, José Rander Lopes, “as cooperativas são promotoras do bem comum e da distribuição das riquezas”. ■



Quando o ganho é de todos

Cooperativas do Ramo Consumo trabalham o tempo todo para garantir a qualidade de vida de cooperados e demais usuários



Produtos com preços competitivos e de boa qualidade estão entre os benefícios ofertados pelas cooperativas do Ramo Consumo aos seus cooperados. Estes são alguns dos principais atrativos desse ramo. Para obter tais vantagens, estas sociedades - que podem ser fechadas ou abertas - fazem compras em comum. Fechadas são as que têm como cooperados somente pessoas ligadas a uma mesma empresa, sindicato ou profissão. Já as abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa interessada em se associar, na condição de consumidor.

Marcio Valle, coordenador nacional do Ramo Consumo e presidente da maior cooperativa do setor na OCB da América Latina, a Coop, ressalta: onde não há cooperativa de consumo, os preços tendem a ser maiores. O alinhamento dos preços, assim, é limitado a poucas localidades nas quais a sua presença é forte. Ele observa que locais sem cooperativas ou com cooperativas pequenas ficam à mercê de empresas de capital que, apesar da livre concorrência, operam em um patamar de preços mais altos, pois precisam gerar lucro para seus proprietários ou acionistas. "As pesquisas por nós efetuadas periodicamente evidenciam que, nas comunidades em que atuamos, os preços no varejo concorrente são





Cooperativas de consumo continuam representando o marco inicial do cooperativismo mundial. ”

MARCIO VALLE,

coordenador nacional do Ramo Consumo na OCB e presidente da Coop

COOP

Ano de fundação
1954

Área de atuação
regiões metropolitanas da Grande São Paulo (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires) e do interior (Piracicaba, São José dos Campos, Sorocaba e Tatuí).

1.620.553
Total de cooperados

5,9 mil
Número aproximado de colaboradores, incluindo funcionários ativos, temporários, aprendizes e estagiários

maiores, abrangendo todos os itens de uma cesta completa de aquisições. Adicionalmente, quando pesquisados esses mesmos concorrentes em localidades vizinhas nas quais não estamos presentes, os preços são ainda maiores, na mesma base de comparação”, afirma.

Embora em pequeno número no país, as cooperativas de consumo contam com uma importante participação no número de cooperados do Sistema OCB. A última estatística, de julho de 2013, aferiu 2.841.666 cooperados nesse ramo, num universo de 11.081.977, ou seja, 25,64% dos cooperados do Brasil. Outro registro que merece destaque é que, ainda em 2012, as cooperativas de consumo empregavam 11.290 trabalhadores (entre os 304.398 cadastrados no Sistema OCB), o que significa 3,71% do total.

Marcio Valle destaca que esses dados representam uma base sólida para a propagação da filosofia cooperativista como um todo. “As cooperativas de consumo continuam representando o marco inicial do cooperativismo mundial e seguem desempenhando o seu papel de servir aos cooperados - em seu caráter de consumidores - com artigos e serviços de uso pessoal e familiar, em condições convenientes quanto a preço, qualidade, oportunidade e ausência da intenção de lucro”, resume.

MUNDO AFORA

No Brasil, o Ramo Consumo é atualmente representado por 114 cooperativas. Dessas, segundo Valle, apenas algumas atuam efetivamente dentro do conceito do gran-

de varejo, estando concentradas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Pela ação dinâmica em suas áreas de abrangência regional, têm peso marcante no mercado local e são exemplos de atuação social nas cidades onde estão localizadas.

Já no cenário mundial, Suécia, Inglaterra, Itália e Japão se sobressaem, com as maiores cooperativas de consumo. Na América do Sul, a Argentina se destaca com a Obrera, localizada na região de Bahia Blanca, e o Uruguai possui algumas outras de pequeno porte. “De maneira geral, no Brasil, as condições legais e tributárias dificultam muito a expansão do ramo, que, ao contrário, vem diminuindo em quantidade ano após ano”, alerta Marcio Valle. “Das 2.420 cooperativas de consumo na década de 1960, restam hoje apenas 114, e a tendência não é animadora. Esforços do próprio ramo e do Sistema OCB, que dedica especial atenção ao setor, inclusive com ações de fomento à criação de uma cooperativa central e apoio técnico, dentre outras ações, não têm sido suficientes para reverter essa tendência.”

INCENTIVO

Para Valle, o principal ponto positivo do Ramo Consumo é o atendimento dedicado, participativo e honesto ao quadro social, com foco em qualidade, procedimentos e preço dos produtos, vantagens resultantes da compra em comum. Ele pondera, entretanto, que as cooperativas de consumo estão sujeitas a todos os impostos e nem

sempre contam com recursos. Para permanecer no mercado, precisam se submeter a esforços especiais, como a fidelização de seus cooperados - o que nem sempre ocorre de maneira satisfatória. Valle considera ainda que uma política nacional de apoio ao Ramo Consumo poderia ser um incentivo à multiplicação de suas cooperativas, hoje com expansão restrita a novas filiais daquelas já existentes.

“Particularmente no aspecto tributário, há hoje uma grande injustiça, por conta da incidência dos impostos federais, sobre os resultados das cooperativas de consumo, que não possuem a figura de renda, venda, faturamento ou lucro”, analisa. “O simples reconhecimento desta situação por parte do poder público, com a consequente não incidência dos impostos federais, já daria às cooperativas de consumo condições de manter sua atividade econômica, que suporta seus projetos sociais, e a prestação do serviço aos cooperados.”

COOPER

Para Hercílio Schmitt, presidente da Cooperativa de Produção e Abastecimento do Vale do Itajaí (Cooper), a importância do Ramo Consumo para o Sistema OCB se deve ao pioneirismo. “No mundo e no Brasil, as primeiras cooperativas foram de consumo. Reconhecer esse fato é valorizar a origem desse modelo de organização. Todo o movimento cooperativista começou como uma cooperativa de consumidores”, comenta.

Schmitt acrescenta que, apesar

do atual pequeno número de cooperativas de consumo no Brasil, é possível encontrar bons exemplos de algumas abertas, atendendo milhares de cooperados consumidores e cumprindo sua função econômica e social. “É inquestionável a contribuição das cooperativas de consumo na regulação de preços nos mercados em que elas estão presentes. Nas localidades onde não há cooperativas do Ramo Consumo, os preços são visivelmente maiores.”

O presidente da Cooper considera gratificante constatar o crescimento das cooperativas de consumo no mundo, em especial na Europa, com ampla gama de produtos e serviços oferecidos aos cooperados e à comunidade. “Podemos citar a The Cooperative Group, na Inglaterra; a Coop, na Suíça e na Itália (Coop Itália), e a Coop Norden, uma organização com atividades em vários países nórdicos”, aponta.

Além da capacidade de regular preços, Schmitt cita outras vantagens do Ramo Consumo, como a proximidade das comunidades, a oferta de produtos e serviços de qualidade: “Um grande ponto positivo, além do relacionamento com o cooperado como dono e usuário da cooperativa, é a possibilidade de, no fim do ano, após apurado o balanço geral, havendo sobras, esse valor ser rateado entre os cooperados, na forma de distribuição anual das sobras de balanço. Agora, pergunto: existe algum supermercado fazendo a distribuição dos seus lucros aos clientes consumidores? Acredito que não. Isso só uma cooperativa faz”.



Ele aponta como necessária uma grande escala de compras para o desenvolvimento desse ramo no Brasil. “É fundamental ter volumes expressivos na hora da negociação com os fornecedores para que possamos competir com as grandes redes de supermercados, na maioria multinacionais de varejo. A fundação da nossa CoopBrasil (uma cooperativa central de negócios, recentemente criada) é a alternativa estratégica encontrada em conjunto com a nossas coirmãs para nos tornarmos mais competitivos”, explica. Schmitt também destaca a necessidade de uma atualização constante na profissionalização da gestão das cooperativas desse ramo, com foco em melhores resultados. “Não adianta focar apenas na beleza da filosofia cooperativista. Se não tivermos competência gerencial, a cooperativa tende a não prosperar.”

CONSUL

O Ramo Consumo possibilita uma grande interação com o sistema cooperativo, divulgando e consolidando os princípios do cooperativismo. Isso é possível em função de sua área de atuação, com grande fluxo de clientes (cooperados e não cooperados), fornecedores e comunidade. A avaliação é do presidente da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Usiminas (Consul), Matusalém Dias Sampaio. “Considero que esse ramo representa significativa área de negócios, no Brasil e no mundo, enriquecendo e fortalecendo o sistema cooperativista”, salienta.

Matusalém frisa que as operações de compras em conjunto na

COOPER

Ano de fundação
1944

Área de atuação

Vale do Itajaí (Santa Catarina), com unidades de abastecimento em Blumenau, Indaial, Rodeio, Ibirama, além de Jaraguá do Sul, no Vale do Itapocu.

2,6 mil

Total de colaboradores

116 mil

Número aproximado de cooperados



No mundo e no Brasil, as primeiras cooperativas foram de consumo. Reconhecer esse fato é valorizar a origem desse modelo de organização. ”

PARA HERCÍLIO SCHMITT,
presidente da Cooperativa de Produção e Abastecimento do Vale do Itajaí (Cooper)



Divulgação



Por não visar ao lucro, o cooperativismo de consumo costuma ofertar produtos com preço justo. Por isso, onde há uma cooperativa de consumo, ocorre um natural balizamento de preços, fato que favorece a comunidade local. ”

MATUSALÉM DIAS SAMPAIO,
presidente da Cooperativa de Consumo
dos Empregados da Usiminas (Consul)

CONSUL

Ano de fundação
1962

Área de atuação
Vale do Aço (MG): Ipatinga,
Coronel Fabriciano, Timóteo,
Santana do Paraíso e cidades
adjacentes.

700
Número de funcionários

75 mil
Total aproximado de cooperados

forma cooperativa beneficiam grandes grupos de pessoas, atendendo às suas necessidades de suprimento diário de alimentos, medicamentos, roupas e bens de consumo, com economia e maior garantia de qualidade. “Por não visar ao lucro, o cooperativismo de consumo costuma ofertar produtos com preço justo. Por isso, onde há uma cooperativa de consumo, ocorre um natural balizamento de preços, fato que favorece a comunidade local.”

Ao analisar o cenário contemporâneo, Matusalém afirma ser possível perceber que o cooperativismo de consumo participa de um mercado cada vez mais competitivo, onde é obrigado a atuar em paralelo com grandes redes de supermercados favorecidas pela escala de operações. “É preciso nível elevado de competência para operar com sucesso e oferecer vantagens econômicas aos associados nesse tipo de mercado”, diz. “Além disso, é necessário promover, periodicamente, treinamentos para a nossa equipe, apresentando campanhas e palestras de divulgação do funcionamento e adesão ao cooperativismo.”

Matusalém valoriza, como os maiores diferenciais do ramo, a gestão participativa e a autonomia de atuação. É um sistema em que as pessoas podem dirigir o seu negócio, em benefício do coletivo, suprimindo as necessidades de consumo com menor preço, melhor atendimento, maior segurança e qualidade. ■



ASSEMBLEIA GERAL 1

Praticamente todos os dirigentes das unidades estaduais participaram da Assembleia Geral Ordinária da OCB, realizada em 25 de abril. Na reunião, que teve como secretário o superintendente do Sistema OCB, Renato Nobile, foram apresentados os principais resultados de 2013, que revelaram saldo positivo para o cooperativismo. “Fico entusiasmado em receber nossas unidades para este momento de prestação de contas e deliberações”, destacou o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas. “Acredito que só assim, por meio de um processo democrático, transparente e intercooperativo, poderemos avançar cada vez mais.” Evaristo Câmara Machado Netto, do Conselho de Ética da OCB, avaliou: “Não tenho dúvida de que o modelo de governança trouxe grandes avanços”.

ASSEMBLEIA GERAL 2

O ano de 2013 foi encerrado com vitórias importantes e boas perspectivas para o cooperativismo, conforme sinalizou, durante o evento, o diretor da OCB e presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski: “O setor cresceu de forma organizada em vários aspectos. Tenho certeza de que essa atuação sistêmica fez grande diferença para os resultados. É importante destacar o trabalho que o presidente Márcio Freitas tem feito junto aos poderes Executivo e Legislativo. Além disso, reconhecemos o empenho dos profissionais do Sistema OCB. Afinal, equipe é a base de tudo e nós temos um bom nível de profissionais nesta Casa”.



AMPLIAÇÃO

Com apoio do Sistema OCB/RJ, a Expotáxi RJ passa a se realiar em caráter nacional. Em 2013, mais de 5 mil profissionais de diversos ramos ligados ao transporte participaram do evento, no Centro de Convenções Sul América, na capital fluminense. Também localizado no Rio de Janeiro, o Riocentro, maior centro de convenções da América Latina, será o palco da Expotáxi Brasil 2014 - Feira Nacional do Táxi, Fretamento de Passageiros, Veículos Executivos, Frotistas e Similares.

AUDITORIA COOPERATIVA

Um novo modelo de auditoria cooperativa é a novidade que o Banco Central do Brasil vai apresentar, em novembro, durante o VIº Fórum de Inclusão Financeira. A proposta, lançada pelo presidente do banco, Alexandre Tombini, foi reforçada pelo diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania da instituição, Luiz Edson Feltrim, na reunião plenária do Conselho Financeiro, realizada na Casa do Cooperativismo, em maio. Presente ao encontro, o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, ressaltou a importância do Banco Central no meio cooperativista: “Somos muito gratos por todo o apoio que tem sido dado às cooperativas financeiras, no sentido de construir um caminho de desenvolvimento e profissionalização da gestão”.

CONSELHO FINANCEIRO

O Conselho Consultivo de Crédito da OCB tem novo coordenador: o diretor da OCB Celso Regis, que, além de representante desse ramo na OCB, é presidente do Sistema OCB/MS e da Confederação Brasileira de Cooperativas de Crédito (Confefbras). Regis, na nova função durante os próximos dois anos, sucede José Salvino de Menezes, que contabiliza, entre suas conquistas no posto, a institucionalização do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). “Agradeço a todos os integrantes do Ceco, que caminharam comigo a fim de contribuir com o crescimento das cooperativas financeiras”, declarou Menezes, ao passar o bastão a Regis.



BANCO DE DADOS

Um dos destaques da Expocoop 2014 foi o lançamento oficial do Acervo Referência e Memória do Cooperativismo Brasileiro. Trata-se de um farto banco de dados criado por meio de uma parceria entre o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop) e a Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri), onde está instalado o material. São mais de 5,5 mil publicações sobre o cooperativismo brasileiro, com importantes registros, como um artigo do ex-presidente Juscelino Kubitschek (**foto**) sobre o movimento cooperativista da época. O texto original foi publicado na edição de 1959 na revista da União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco), uma das entidades que originou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O acervo, além de edições impressas, possibilita acesso eletrônico às publicações. Mais informações, com os devidos links, podem ser obtidas no site: <http://www.agricultura.gov.br/biblioteca>.

NO LEGISLATIVO

Foi aprovado no Senado Federal, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 03/2007, que altera a Lei Geral do Cooperativismo. Entre as principais modificações, destacam-se a criação do Certificado de Crédito Cooperativo, instrumento que incentiva a criação de cooperativas e a definição de um modelo de recuperação judicial especialíssimo (moratória) mais adequado à realidade do setor. Também está presente no texto a possibilidade de celebração de contratos de parceria, o que resulta em concentração econômica favorável aos cooperados e à expansão de suas atividades, sem necessidade de transformar a cooperativa em sociedade empresarial. O projeto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



ARTIGO

Paulo Habith,
desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, fundador, primeiro presidente
e atual conselheiro fiscal da CredJuris (PR)

O cooperativismo e o Poder Judiciário

Uma visão prospectiva

*“O pior cego não é aquele que nada vê. É aquele que vê e nada enxerga.”
(ditado popular)*

Com a era da inflação, a classe jurídica remunerada pelos cofres públicos sofreu perdas como todos os demais trabalhadores. O vencimento de todo servidor público, embora nominalmente atrativo, era corroído pela inflação e por descontos obrigatórios, reduzindo-lhe à metade o poder de compra.

Muitos profissionais qualificados em razão desse momento emigraram para a iniciativa privada, perdendo o poder público inúmeras inteligências. Outros optaram por recorrer ao sistema bancário para manter sua representatividade exigida pela ética profissional e pela sobrevivência. Na época, os juros eram aviltantes, chegando às raíais de 8% ao mês, quando não mais. Além disso, sujeitos aos caprichos das garantias reais ou pessoais, como regra de favor. Dentro de alternativas possíveis, a fim de encontrar uma solução para resolver essas questões, recorreu-se ao cooperativismo.

A criação da cooperativa despertou no coração do Poder Judiciário, por seus pares, a chama de solidariedade, auxílio mútuo, esforço comum e, principalmente, gestão democrática. Os princípios norteadores do cooperativismo - adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade - são conceitos que por si só impõem a grandeza da forma.

O cooperado é dono de seu negócio, e as sobras que normalmente se apresentam são distribuídas aos próprios cooperados, numa relação de permanente reciprocidade. E, diga-se, só tem receio do cooperativismo quem não o conhece, pois é visualizado como grande árvore em cujos galhos observa-se uma finalidade, seja na produção, no consumo, no crédito, no trabalho e transporte... Enfim, qualquer que seja a finalidade, o sistema te-

rá possibilidade social de sucesso.

Mas o fato principal é demonstrar que, embora não seja uma instituição nova, o cooperativismo é o melhor tipo de sociedade econômica.

O que se destaca no cooperativismo é a gestão democrática, na qual todos os cooperados, embora não dirigentes, têm voz e voto. Não se trata de um direito proporcional ao capital e ao número de ações.

Quem conhece o sistema cooperativo percebe que a riqueza não se concentra na mão de poucos, mas de todos os cooperados, gerando uma perfeita e justa distribuição. O cooperativismo é, sem dúvida, a única forma de enfrentar as grandes multinacionais ou bancos de rede mundial. São eles que concentram a maior parte das riquezas.

Cabe a nós, operadores do direito, refletir com base no que já foi explanado sobre a relação do cooperativismo com o Poder Judiciário, que é a permanente proteção aos princípios e respeito ao ato cooperativo propriamente dito. Julgados recentes têm demonstrado a interligação do Judiciário ao cooperativismo pelas decisões que põem uma pá de cal nas inserções resolutiveis e pretendidas intervenções estatais e tributárias.

O cooperativismo, por si só, encampa o princípio básico do Poder Judiciário, que é, entre outros, dar a cada um o que é seu. E todos os caminhos, tanto do cooperativismo como do Poder Judiciário, levam à Justiça. ■



O cooperativismo é, sem dúvida, a única forma de enfrentar as grandes multinacionais ou bancos de rede mundial. ”



Internacionalização

Quando assumi a presidência da OCB, em meados de 1985, já éramos filiados à OCA (Organização das Cooperativas da América), cuja sede ficava em Bogotá e era presidida por um bom cooperativista colombiano chamado Armando Tovar Parada.

O grande líder brasileiro Américo Utumi, até então vice-presidente da OCB e presidente da Ocesp, ocupava a vice-presidência da OCA.

Com o fim do mandato de Utumi na OCB, tive que substituí-lo como vice da OCA, que estava em lastimável estado financeiro, à míngua, quase fechando.

O cooperativismo brasileiro deu então um novo impulso à entidade continental, que não contava com apoio das cooperativas do Hemisfério Norte, de modo que do México para cima não havia participação na OCA. Mas demos a ela uma sobrevida de mais alguns anos, quando se criou uma lei referencial para o cooperativismo latino-americano, de grande alcance. E foi através da OCA que tomei conhecimento mais completo da Aliança Cooperativa Internacional, criada em 1895 para proteger e disseminar a doutrina da solidariedade e ser a guardiã de seus princípios e valores, sempre presidida por dirigentes europeus.

Com alguns dirigentes da OCA,

fui a um congresso mundial da ACI, representando a OCB, em julho de 1988, em Estocolmo, na Suécia.

Aquele foi meu primeiro contato com o cooperativismo dos países europeus, uma brutal revelação. Lá tomei conhecimento da existência de poderosos bancos cooperativos em países como Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Holanda, França, Japão, Coreia e me dei conta da nossa fragilidade nesse ramo em função dos “não pode” do Banco Central: nada podia, nem ter talão de cheques. Percebi também a grande presença das cooperativas de consumo de países nórdicos, das de leite da Dinamarca, Holanda e Inglaterra, da impressionante atuação das cooperativas agrícolas dos Estados Unidos, do Japão e toda a Europa Ocidental. Aprendi o papel das *tradings* de cooperativas da Holanda e do Canadá, e um mundo com mais de 800 milhões de cooperados se abriu para mim.

Naquele mesmo ano, a OCB submeteu sua filiação à ACI, e só fomos aceitos no ano seguinte, 1989, no Congresso da ACI realizado em Nova Délhi, na Índia.

Mas, ao mesmo tempo em que o mundo se revelava ao Brasil, o Brasil cooperativista se mostrava ao mundo em todo vigor e potencial.

Em 1992, em congresso realizado no México, a ACI deu provimen-

to à decisão de criar os conselhos continentais, cujos presidentes seriam automaticamente vice-presidentes mundiais, participando das duas reuniões anuais da entidade em sua sede em Genebra, Suíça.

Simultaneamente, a OCA perdia sua razão de ser e era então assimilada pelo Conselho Continental da ACI para as Américas, agora com firme participação dos Estados Unidos, do Canadá e do México.

Nesse ano, fui eleito presidente do Conselho Continental e, ao mesmo tempo, assumi a presidência da Organização das Cooperativas Agropecuárias da ACI, graças ao reconhecimento global da importância do nosso cooperativismo.

E tive o privilégio e a honra de abrir para as cooperativas brasileiras, sempre com o apoio incondicional da OCB, um novo canal de inserção internacional que elas souberam aproveitar, com a grande capacidade de adaptação de nossas modernas lideranças.

Em 1997, fui eleito presidente mundial da ACI, com mandato até 2001, quando Américo Utumi passou a integrar o Conselho da entidade internacional, de modo que o Brasil nunca mais saiu de lá, sendo atualmente representado por Eudes de Freitas Aquino, presidente da Unimed do Brasil. ■

O MELHOR DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO TAMBÉM NO SEU TABLET



PARA ACESSAR DO SEU TABLET:

- Entre na **Apple Store** ou **Google Play** e digite “**Revista Saber Cooperar**”;
- **Certifique-se** de que você possui uma conta na Apple Store ou no Google Play;
- Ao encontrar o aplicativo, **clique para instalá-lo**;
- Ao abri-lo, **acesse as últimas edições** da revista.

Em formato digital, a Saber Cooperar está ainda mais presente. Você pode acessar todo o conteúdo de sua revista com um simples toque, a qualquer momento.

Se você quiser receber a revista impressa, mande um e-mail para o endereço revistasescoop@sescoop.coop.br e faça parte do nosso mailing.

A distribuição é gratuita.



INFORMAÇÃO QUE TRANSFORMA SEU NEGÓCIO.



O IC Agro é uma nova ferramenta de análise. Cooperativas, indústrias e empresários encontram em seus indicadores importantes dados para a compreensão da dinâmica do setor, com o intuito de alavancar o seu crescimento.

Além disso, as informações aferidas a cada trimestre compõem dados estratégicos para o governo, o que confere subsídios ao desenvolvimento de políticas públicas.

Índice de Confiança do Agronegócio – informações e análises apuradas, sob um olhar integrado.

www.icagro.com.br

FIESP


SistemaOCB
CNCOP - OCB - SESCOOP

 **ICAGRO**